

29 de Junho 2021
Terça-feira
Semanário - Ano 5
Nº 265
Director-Geral
Evaristo Mulaza



CONCLUSÃO DA ESTRADA CAMAMA-VIANA

Grupo investigado por corrupção em Portugal recebe obra de 54,8 milhões USD em Angola

OBRAS PÚBLICAS. Investigado por suspeitas de corrupção em Portugal, o grupo MCA é a entidade a quem o Governo entregou 54,8 milhões de dólares para a conclusão da estrada que liga o Camama a Viana, em Luanda. Em terras lusas, o grupo é suspeito de ter subornado governantes angolanos para ganhar contratos de projectos públicos. Pág. 30



PLANO DIRECTOR

Libaneses prometem revolucionar transportes

Págs. 6 e 7

DOIS ANOS DO PIIM

Descapitalização do Fundo Soberano, projectos inacabados e fiscalização duvidosa...

ANÁLISE. A decisão de João Lourenço de descapitalizar o FSDEA para financiar o PIIM continua a gerar críticas. Mas não só. Os parcos resultados do programa, a duvidosa fiscalização dos projectos e as suspeitas de corrupção é o que vários analistas apontam como algumas das 'zonas cinzentas' do PIIM. Págs. 4 e 5

EM NOVA CARTA

Concessionárias voltam a questionar concurso das 500 viaturas

Pág. 8



OPINIÃO

Alves da Rocha, economista

“Que país é este?”

Pág. 20

DOMINGOS DA CONCEIÇÃO, SG DA FAAC

Governo empobrece defesa dos consumidores

Págs. 12 e 13



Editorial

O NOSSO PRÉMIO QUE VEIO NUM ENVELOPE



Na terceira semana de Março de 2020, o chefe de redacção do VALOR decidiu criar um espaço dedicado exclusivamente à covid-19. Os argumentos do César Silveira não tiveram sequer de ser discutidos. O mundo tinha começado a ser agitado por um fenómeno estranho de proporções até então inalcançáveis. A ignorância era mundialmente generalizada, a especulação era a palavra de ordem e a ansiedade e angústia tomavam conta de todos. Não era para menos. Para os curiosos e

conhecedores de História, quando a covid-19 passou a ter como paralelo mais imediato a gripe espanhola, que arrasou a humanidade na primeira metade do século passado, a soma de todos os medos passou a fazer todo o sentido. Nada, portanto, poderia ser mais importante do que a disseminação de toda e qualquer informação útil sobre a pandemia. Os temas puramente económicos e políticos, por largos meses, teriam de estar forçosamente subalternizados às preocupações sanitárias. Mais do que convincentes, os argumentos do Silveira eram, por isso, óbvios e a direcção do jornal simplesmente apro-

vou-lhe a ideia de forma imediata. E assim o espaço 'Covid' apareceria, pela primeira vez, em página dupla, na edição número 201, de 23 de Março de 2020.

Sete meses depois, surgiria então uma distinção completamente inesperada. A Fundação Merck, braço filantrópico da Merck KGaA Alemanha, revelou os vencedores dos Prémios de Jornalismo 'Fique em Casa' para África. E, na categoria imprensa em Língua Portuguesa, o vencedor acabou por ser o César Silveira, do VALOR, ao lado de Evelina Mavie do moçambicano 'Sociedade do Notícias'. O nosso jornalista distinguido e o jornal ficaram, naturalmente, regozijados, mas a história não acabaria por aí.

No caso de África, a organização havia assegurado que os prémios estavam a ser anunciados em parceria com as primeiras-damas de pelo menos 17 países, incluindo naturalmente a angolana Ana Dias Lourenço. E assim foi. Na oitava edição da Merck-Foundation Africa Asia Luminary, realizada de forma virtual, Ana Dias Lourenço felicitou o jornalista angolano e, desde então, o jornal ficou à espera da chamada ao Palácio para a recepção do certificado. É isso pelo menos o que se tem assistido nas diferentes geografias em que, à semelhança de Angola, foram premiados jornalistas pela Fundação Merck. Nada disso ocorreu. O nosso certificado chegou-nos num envelope, no sábado, 19 de Junho. Era apenas isso. Não há mais história.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N.º de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N.º de Contribuinte: 5401180721
N.º de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao;
comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



CANGA XIAQUIVILA,
PCA do IGEO

Já arrancou a prospecção de cobre, cobalto, níquel e prata no Moxico e Cunene que se previa acontecer no primeiro semestre?

Os ingleses da Anglo American já têm quase tudo montado para o arranque, incluindo a componente administrativa e logística. O que está a atrapalhar o início das operações é a segunda vaga da pandemia na Europa que impede os gestores da mineradora de chegarem ao nosso país.

E quanto à exploração de águas subterrâneas?

Os projectos neste domínio, a serem levados a cabo com o concurso do Instituto de Geociências e Recursos Naturais da Alemanha, também não arrancaram ainda, como esperado, faltando questões logísticas. Mas os técnicos já trabalham na região, ou seja, na Bacia do Cuvelai, do lado da Namíbia.

Quando será inaugurado o laboratório de Saurimo?

Em princípio, deve entrar em funcionamento a partir de Agosto, mas não há ainda uma data certa. Porém, já está montado e equipado. Convém realçar que este laboratório não vai apostar apenas na geologia, pretende apoiar igualmente outros sectores imprescindíveis ao desenvolvimento económico, como a agricultura, energia e águas.

22 TERÇA-FEIRA

O parlamento aprova, na globalidade, o projecto de lei de revisão constitucional com 152 votos favoráveis do MPLA e de alguns deputados na oposição, nenhum voto contra e 56 abstenções da Unita e da Casa-CE.

23 QUARTA-FEIRA

O Governo considera o projecto 'Simplifica 1.0', que visa simplificar e desburocratizar serviços públicos, "também um instrumento ao serviço do combate à corrupção" na administração pública.

24 QUINTA-FEIRA

A Assembleia Nacional aprova, na generalidade, a proposta de lei sobre o Regime Geral das Entidades Administrativas Independentes, que devem actuar com "autonomia orgânica, funcional e técnica".



SEGUNDA-FEIRA

Três hotéis do Instituto de Fomento do Turismo (Infotur), em Benguela, Namibe e Huíla, vão a concurso, no quadro do Programa de Privatizações (Propriv), anuncia o Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado.

25 SEXTA-FEIRA

O ministro da Indústria e Comércio, Victor Fernandes, afirma, em Malanje, que o sector pretende canalizar 30% da mandioca produzida no país, para a produção de pão e produtos de pastelaria.



19 SÁBADO

Angola participou na reunião intercalar do Sistema de Certificação do Processo Kimberley, que decorreu em formato virtual entre 21 e 25.



20 DOMINGO

Quarenta expositores, entre empreendedores e camponeses, estão inscritos para participarem da feira agropecuária do Cacolo, no âmbito do 87º aniversário do município.



COTAÇÃO



PETRÓLEO EM QUEDA PARCIAL...

O petróleo começou a semana a cair, face aos receios provocado pela variante delta do coronavírus e as expectativas à volta da reunião da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados a ter lugar quinta-feira. O Brent abriu hoje nos 74,12 dólares, após fechar nos 74,68. Já o WTI começou o dia pelos 72,75, face aos 72,91 anteriores.



ACÇÕES NORTE-AMERICANAS OPTIMISTAS...

Nesta terça-feira, as acções norte-americanas consolidaram-se em torno de níveis recordes, com os principais bancos dos EUA à frente, após anunciarem aumentos significativos de dividendos. Os futuros do Dow Jones abriram o dia a subir 0,24%, enquanto os do S&P 500 e Nasdaq 100 caíam respectivamente 0,01% e 0,18%.

Economia/Política



Em Maio, os resultados do PIIM indicavam que 1.648 projectos estavam em execução dos 1.705 programados.

BALANÇO DE DOIS ANOS DO PIIM

Decisão de descapitalizar Fundo Soberano continua a ser alvo de críticas

INVESTIMENTOS PÚBLICOS. Analistas identificam falhas na implementação do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) quanto à planificação e fiscalização das obras. Governo prepara-se para apresentar balanço.

Por Júlio Gomes

Passados dois anos sobre o lançamento do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) mantêm-se as dúvidas sobre a viabilidade económica

da decisão de descapitalização do Fundo Soberano de Angola (FSDEA) para se materializar a iniciativa.

O economista Domingos Fortes explica que desde o início que se manifestou contra a ‘evasão’ de divisas do Fundo Soberano para o financiamento deste programa, considerando que o Governo devia usar para essa empreitada recursos do OGE. “O Estado tem muitas formas

para financiar a economia, mas de forma alguma se devia mexer no Fundo Soberano cuja acção é multiplicar o dinheiro para garantir o futuro das próximas gerações”, contesta. O mesmo argumento apresenta o também economista Eliseu Gaspar, para quem não se deveria mexer no FSDEA, “já que geralmente o dinheiro dos fundos serve para salvaguardar projectos para futuras gerações”. Defendendo que “os

fundos soberanos só devem ser mexidos em situações de emergência, ou havendo uma calamidade natural”, Gaspar aponta que, “em vez de investimentos em infraestruturas que depois não funcionam, os recursos do FSDEA deviam ser canalizados, numa primeira fase, para potenciar a agroindústria, o que iria aumentar o consumo e a produção interna e exportar para o mercado da região que tem mais

de 90 milhões de consumidores”.

Antigo vice-ministro das Finanças, Arlindo Sicato avança na mesma linha, defendendo que a transferência de recursos do FSDEA para o PIIM só seria positiva num cenário emergencial. “O mais agravante é que não há dados concretos sobre a incidência dos programas nas comunidades. Os resultados não são revelados e fica difícil questionar”, lamenta.

“É exactamente em função da desvalorização que o PIIM não vai cumprir com os objectivos preconizados, isso aliado ao facto de, em alguns casos, a adjudicação das empreitadas estar eivada dos vícios da corrupção.”



Por sua vez, o reputado economista Alves da Rocha argumenta que, sem elementos de avaliação, fica difícil tirar conclusões se valeu a pena fazer essa transferência de recursos do Fundo Soberano para o PIIM, visto que “as conclusões não podem ser tiradas de ânimo leve”. “Existem critérios que devem ser levados em conta, com base nas avaliações”, argumenta. “Será que valia a pena manter os recursos? Têm de ser analisados o custo eficiência e o custo eficácia. Aliás, se o dinheiro continuasse no Fundo, certamente, não estaria parado. Tinha de ser aplicado. Portanto, há aqui também uma componente social”, refere.

Alves da Rocha insiste ser “preciso a análise aos projectos que resultaram da descapitalização do Fundo e essa análise não está feita, ou seja, saber que efeito provocaram os investimentos nas infraestruturas e qual o retorno esperado”, para a recapitalização do Fundo.

O PIIM foi lançado a 27 de Junho de 2019, no município do Cazombo, Moxico, pelo Presidente João Lourenço que, na altura, lembrou a máxima segundo a qual “a vida se faz

nos municípios”. Por ocasião da decisão de descapitalização do FSDA, João Lourenço sublinhou que o PIMM não representava qualquer declaração de morte do Fundo. “Não estamos a retirar a totalidade dos recursos que o Fundo Soberano tem. Portanto, o Fundo Soberano não acaba, vai manter-se”, garantiu, na altura, salientando que a maioria dos países no mundo que tem Fundo Soberano não juntou valores “tão altos” como os de Angola. “Portanto, a gente pode muito bem ter um Fundo Soberano com muito menos de 5.000 milhões de dólares. Mas não deixa de ser Fundo”, defendeu.

GOVERNO PREPARA-SE PARA APRESENTAR RESULTADOS

O PIIM continua a receber críticas pelo seu fraco alcance. Mas o Governo, através da comissão interministerial coordenada pelo Ministério da Administração do Território, diz que se prepara para em breve apresentar o balanço do plano.

“Estamos a preparar o dossiê que deve dar conta do que se fez nos dois anos de vigência do programa e constrangimentos”, disse ao VALOR um alto funcionário da Administração do Território, escusando-se a avançar mais detalhes. À nossa insistência, esse mesmo contacto deixou escapar apenas que “a equipa interministerial vai apresentar os resultados da implementação do plano nos próximos dias”.

Mas, na antecâmara desse pronunciamento, analistas avaliam que, em dois anos, o PIIM pouco trouxe no desenvolvimento local, considerando-o como um micro Programa de Investimentos Públicos (PIP), que assenta na “falsa ideia” de resolução dos problemas da população, quando na prática há “gritantes falhas” na sua implementação.

Assim pensa, por exemplo, o economista Martinho Nguelessi que vê deficiências nos balanços por não indicarem a população alvo. “Fala-se muito deste programa, mas o que temos de concreto se as estradas de ligação com o campo continuam intransitáveis? Como é que as acções se reflectem na qualidade de vida das pessoas?”, questiona o também assistente financeiro do Observatório Elei-

toral Angolano.

Arlindo Sicato também critica o plano de inspiração Presidencial, observando que as lacunas estão não apenas na implementação, mas na fiscalização e monitorização desses projectos que geralmente consomem muito dinheiro. “Paralelamente ao PIIM, já tínhamos o PIP financiado pelo Orçamento Geral do Estado. O PIP, um instrumento do Ministério do Planeamento, criava e seleccionava os projectos e acompanhava a implementação e necessidades das províncias. Era portanto de abrangência nacional. Já o PIIM talvez tenha sido criado numa perspectiva de autarquias em que o município identifica as suas linhas prioritárias de investimento para a criação de infraestruturas básicas, porém tínhamos que ser mais claros. Ou é a base das autarquias em ensaio, ou então já não temos incidência sobre o PIP”, nota.

Por sua vez, Eliseu Gaspar não acredita no sucesso do PIIM e aponta a desvalorização da moeda como um dos empecilhos na manobra dos empreiteiros. “É exactamente em função da desvalorização que o PIIM não vai cumprir com os objectivos preconizados, aliado ao facto de, em alguns casos, a adjudicação das empreitadas “estar eivada dos vícios do passado, traduzidos na corrupção”, observa o também vice-presidente da Confederação Empresarial da CPLP.

PLANO NO TERRENO

No Cuanza-Sul, por exemplo, a circular do Sumbe, ainda não saiu do papel, um troço rodoviário de quase 25 quilómetros avaliados em 130 milhões de dólares. Na própria cidade, as ruas estão praticamente intransitáveis. Já no Porto Amboim, também no Cuanza-Sul, os habitantes mostram-se agastados com as “trapalhadas” da empresa Angosino Comercial e Engineering Co a quem foi adjudicada a obra de reparação de 20 quilómetros das ruas da sede municipal, estimadas em 3.000 milhões de kwanzas, no âmbito do PIIM.

Para Monteiro Rodrigues, um empresário com interesses na província, o que se está a passar no Porto Amboim é uma “pouca-vergonha”. “A Angosino anda às voltas a tapar buracos, quando, conforme os danos do pavimento,

se deveria fazer o levantamento de todo o tapete asfáltico e a feitura de um novo. Isso acontece numa altura em que a empreiteira já recebeu quase metade do orçamento”, repara. Ironizando que, entre o mais difícil, a Angosino, uma empresa de direito angolano que tem à frente o cidadão Ho Yen, escolheu o mais fácil, ou seja, remendar uns buracos e deixar outros, Rodrigues criticou ainda a forma “pouco transparente” como são feitos os concursos públicos ou mesmo os regimes de adjudicação directa. “Temos na execução do PIIM empresas sem histórico na construção civil, muitas das quais adaptadas à pressa, o que está na origem da má qualidade das obras. E, para agravar, temos uma fiscalização de fachada”, acusa outro empresário da Huíla, agastado com o fraco desempenho das empresas eleitas para as obras nos municípios da província. “Na Huíla, a impressão com que ficamos é que este plano, para além de facilitar o desvio de fundos públicos, por via de empresas em que se escondem governantes, visa igualmente favorecer o partido que governa”, acrescenta o empresário.

BALANÇO

Em Maio, os resultados do PIIM indicavam que há 1.648 projectos estavam em execução dos 1.705 programados. Luanda e Huíla lideram a lista dos maiores projectos em execução, com 142 cada uma, seguindo-se o Huambo, com 136. No Moxico, onde foi lançada a primeira pedra do plano, por João Lourenço, estão em execução 111 projectos, posicionando a província no quinto lugar. Na ‘cauda’ dos projectos em andamento está o Zaire com 24.

No âmbito central, entre os projectos que reúnem condições para serem executados, o Ministério do Interior reclama a maior fatia (26), ao passo que o das Obras Públicas segue com 16. O Ministério da Energia e Águas, com seis, está na terceira posição. Transportes e Educação, ambos com três projectos exequíveis estão em quarto. A Saúde tem apenas dois e é o último do top.

Em termos de execução financeira, os projectos de âmbito central consumiram 63.327 mil milhões de kwanzas em Maio.

26

Projectos do Ministério do Interior que reúnem condições de execução no balanço de Maio.

Dois

Projectos reservados à Saúde no mesmo balanço.

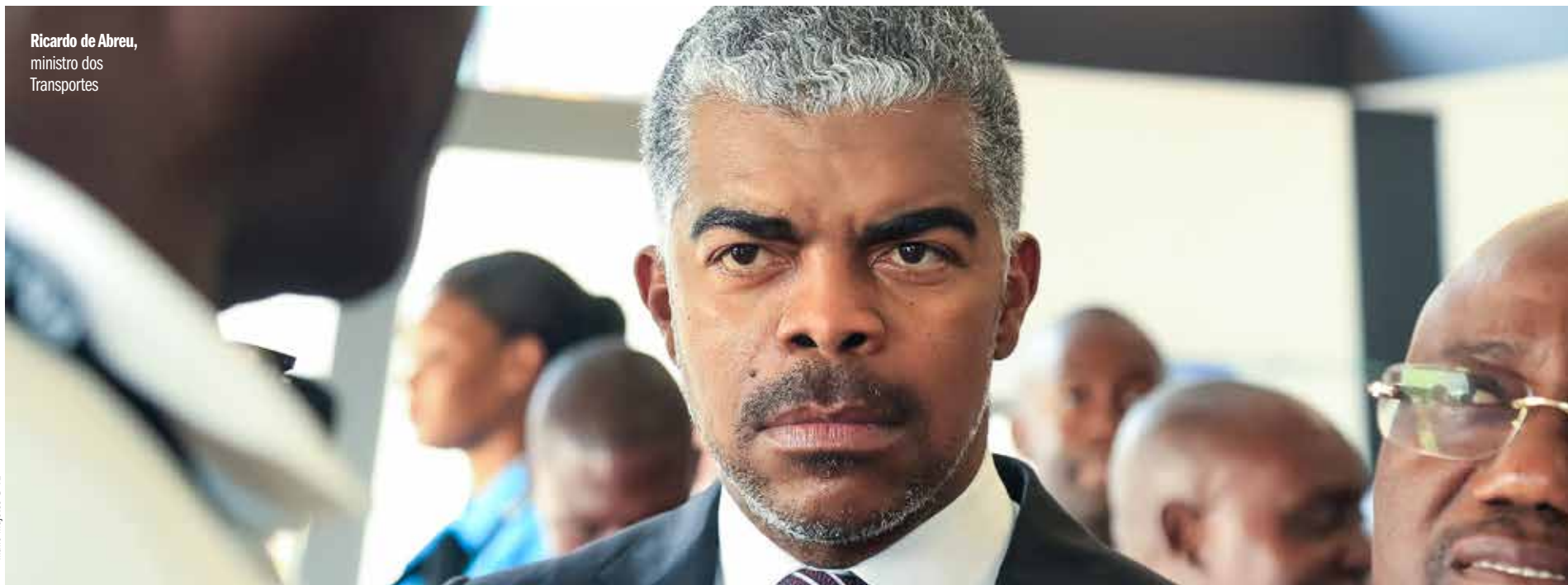
MEMORIZE

- O PIIM foi lançado a 27 de Junho de 2019, no município do Cazombo, Moxico, pelo Presidente João Lourenço que, na altura, lembrou que “a vida se faz nos municípios”. O financiamento inicial do programa foi com fundos do FSDEA (2 mil milhões de dólares).

Economia/Política

Ricardo de Abreu,
ministro dos
Transportes

Mário Nijetes © VE



COM INVESTIMENTOS ATÉ 2038

Plano liderado por libaneses promete revolucionar transportes

INFRA-ESTRUTURAS. Projectos prevêem mudanças nos aeroportos, formalização dos taxistas, criação de uma agência marítima e planos directores. Com previsão de investimentos entre 2019 e 2038, Governo aposta numa empresa libanesa para concretizar os objectivos.

Por Isabel Dinis

A empresa de origem libanesa Dar Al-Handasah é a consultora contratada pelo Ministério dos Transportes para preparar o Plano Director Nacional dos Transportes e Infra-estruturas Rodoviárias (PDNSTIR) e que envolve também o Ministério do Ordenamento do Território.

Publicado recentemente em Diário da República, o plano terá uma vigência de 19 anos, prevendo acções de curto, médio e longo prazo, e abarca questões ligadas ao sector rodoviário, aéreo, marítimo, ferro-

viário, bem como a construção e manutenção das estradas. Ao todo, o plano tem mais de 300 páginas.

No PDNSTIR, é proposta a criação de uma Autoridade de Transportes Urbanos de Luanda para assegurar a coordenação do planeamento e a implementação do transporte urbano. As responsabilidades pelo planeamento de todos os modos de transporte devem ser transferidas de instituições ligadas ao Ministério dos Transportes para esta autoridade única. “Isso também apoiaria o processo contínuo de descentralização”, lê-se no plano.

Esta recomendação da autoridade única está pensada para suprir a falta de um plano integrado que englobe toda a província de Luanda. Até agora, foi apenas criado um

plano director, mas para o município da capital. “A maioria dos projectos em desenvolvimento são isolados e não partem de uma rede de transporte integrado”, sublinha o documento.

Foi ainda proposto o aumento do número de autocarros para 1.800 e um novo modelo de subsídio aos transportes. O modelo deve ser introduzido com base em indicadores reais da operação, vendas de bilhetes e desempenho, com dados recolhidos por meio de um sistema aprimorado de monitoramento, através de um sistema de bilhética electrónica.

Actualmente, os subsídios são pagos aos operadores exclusivamente com base no número de passageiros e serviços efectuados.

MEMORIZE

● **Angola tem 32 aeroportos e campos de aviação comercial, que são geridos pela Sociedade Gestora de Aeroportos de Angola (SGA). De acordo com o plano, muitos destes aeroportos que foram modernizados nos últimos anos estão "subutilizados."**

“Ao abrigo de um sistema de contratos de serviço público, um subsídio fixo seria pago com base nos serviços”, sugerem os autores do plano. Com isso, o Governo espera baixar o valor pago pelos subsídios.

A regulação própria dos táxis colectivos, vulgo 'candongueiros',

está prevista no plano. Os autores calculam que existam mais de 20 mil taxistas, sendo que metade trabalha na informalidade.

Os autores do plano aconselham ainda a criação de uma agência marítima nacional que terá a responsabilidade de fazer cumprir as normas internacionais ratificadas por Angola. A nova agência, acreditam os especialistas, “poderá relançar o transporte marítimo”.

MELHORIAS E CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS

No plano director, a assistência técnica e implementação do programa para a gestão e controlo do espaço aéreo civil integra a lista de projectos “prioritários” do Ministério dos Transportes por ser um elemento

A PRODUÇÃO INDUSTRIAL em Angola caiu 3,9%, no primeiro trimestre de 2021, face ao período homólogo de 2020, segundo dados do Índice de Produção Industrial (IPI) divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Angola sem sistema de vigilância de radar completo

A Empresa Nacional de Navegação Aérea (ENNA) não dispõe de qualquer sistema de vigilância de radar completo do espaço aéreo nacional. O sistema de auxílio à navegação é em “geral disperso, considerando o tamanho do país”, recorda um estudo elaborado pela Dar Al-Handasah, empresa contratada para elaborar o Plano Director Nacional dos Transportes e Infra-estruturas Rodoviárias (PDNSTIR).

A ENNA é responsável por operar sistemas para comunicação, navegação de voos, estações meteorológicas automatizadas e sistemas de iluminação do aeródromo e de suporte electromecânico.

A implementação de um sistema de vigilância do espaço aéreo requer a instalação de equipamentos em diferentes locais do território nacional.

A ENNA opera um sistema

‘ADS-C10’, que fornece informação superior ao radar da terra (primário). O sistema é usado para vigilância do espaço aéreo, aproximação e controlo no aeroporto de Luanda. “Este único sistema não é suficiente para vigilância total do espaço aéreo nacional, uma vez que a região de informação de voo de Luanda tem alcance limitado semelhante ao de um radar primário”, alerta o documento. “Um sistema de estações de terra deve, portanto, ser instalado para que seja obtida vigilância completa”, lê-se no documento.

A vigilância com ‘ADS-C’ depende de equipamentos a bordo de aeronaves, enquanto o radar primário é independente desses equipamentos já que avalia o eco do seu próprio sinal que é passivamente reflectido por uma aeronave e recebido pela antena do radar em terra. O ‘ADS-C’ transmite informação da aeronave e

do voo activamente, da aeronave para a estação de terra.

A equipa de especialistas, que elaborou o plano, garante desconhecer se os militares angolanos “operam um sistema de radar primário com completa cobertura do espaço aéreo nacional”. E recomendam que, se tivessem, deviam ser consideradas as opções para um “compartilhamento do sistema pela ANS (air navigation services) ou a possibilidade da assistência dos militares em emergências”.

O plano espelha que a combinação do sistema ‘ADS-C’ para a aviação civil, apoiada pelo sistema com radar primário, “parece ser a solução, pois combina as vantagens dos dois sistemas enquanto minimiza os custos totais”. “O sistema de radar e os radares primários em particular são equipamentos caros”, alertam.

Por Isabel Dinis



“importante” para a integração de Angola na região da SADC e no mercado global.

Angola tem 32 aeroportos e campos de aviação comercial, que são geridos pela Sociedade Gestora de Aeroportos de Angola (SGA). De acordo com o plano, muitos destes aeroportos que foram modernizados nos últimos anos estão “subutilizados e geram pouca receita” e isso faz com que sejam um “fardo pesado sobre o orçamento nacional”.

Um número significativo de aeroportos já modernizados opera, em muitos casos, com um número pequeno de passageiros. Um exemplo extremo é o aeroporto do Ndalatando, com movimentos de apenas 106 passageiros em 2017 e seis em 2018. No norte,

a densidade de aeroportos é relativamente alta, com alguns aeroportos a uma curta distância um do outro. Por exemplo, o aeródromo de Negage fica apenas a 33 km do aeroporto do Uíge, que fica a cerca de 50 km de Negage por estrada. Outro caso é o do aeroporto de Catumbela e Benguela, que estão a cerca de 18 km de distância e do Dundo e Nzage que estão a cerca de 70 km um do outro.

O plano ainda espelha que a utilização de passageiros em Angola “está em níveis muito baixos”, considerando os passageiros aéreos ‘per capita’ da população. Em 2017, houve cerca de 160 passageiros aéreos para cada mil residentes.

Em 2018, os 28 aeroportos geridos pela SGA movimenta-

ram 3,5 milhões de passageiros. Nestes aeroportos, passaram também 45.100 toneladas de cargas e correspondências, além da movimentação de 67.500 aeronaves. O aeroporto 4 de Fevereiro, em Luanda, foi o mais movimentado, com 70,3% do total de passageiros, 85,5% do total da carga e correspondência e 52,3% de toda movimentação de aeronaves assistidas.

Até 2038, são previstos ser movimentados, nos aeroportos, um total de 11,4 milhões de passageiros no cenário de crescimento elevado.

O plano prevê a intervenção em alguns aeroportos para melhorias a curto, médio e longo prazo e propõe a construção de um aeroporto em M'Banza Congo.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...



Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
 comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Economia/Política

AQUISIÇÃO DE 500 VIATURAS

Acetro volta a escrever ao Governo sobre supostas irregularidades

CONTRATAÇÃO. Concessionárias receberam resposta do Serviço Nacional de Contratação Pública que prometeu acompanhar o processo. Operadores exigem explicações mais concretas e insistem na existência de irregularidades. Há ainda quem reprove a compra de viaturas pelo Governo.

Por César Silveira

Pouco mais de um mês depois de enviar uma carta ao Ministério do Comércio e Indústria a manifestar dúvidas “sobre a eficácia e transparência” do concurso público para a aquisição de 500 viaturas, a Acetro (Associação dos Concessionários de Equipamentos de Transporte Rodoviário e Outros) tem preparada uma segunda carta que deve enviar ainda esta semana, de acordo com membros da associação.

A primeira carta, com data de 27 de Maio, foi enviada ao ministro do Comércio e Indústria, com conhecimento do ministro da Economia e dos secretários de Estado do Comércio e dos Transportes, bem como do coordenador do Grupo Técnico de Trabalho e ainda do director do Serviço Nacional de Contratação Pública.

No entanto, apenas o Serviço Nacional de Contratação Pública reagiu. Além de acusar a recepção da carta da Acetro, a direcção adstrita ao Ministério das Finanças informou estar a aguardar pela resposta

da entidade pública contratante. E acrescenta que, em simultâneo, “vai apurar os factos no sentido de tomar medidas plausíveis para assegurar que a tramitação do citado procedimento decorra em observância das normas e princípios constante na Lei de Contratação Pública”.

Em causa, está o concurso público lançado na primeira semana de Maio para a aquisição de 500 viaturas para o transporte de mercadorias, num valor global de 20 mil milhões de kwanzas, divididas em cinco lotes, um dos quais composto por furgões frigoríficos.

Na primeira carta, a Acetro chama atenção para o facto de, no caderno de encargos, constarem “especificações técnicas de marcas concretas, o que contaria o que está referido na Lei dos Contratos Públicos”.

E, diferente do que escreveu o VALOR na edição 262, as especificações técnicas específicas não estão referidas apenas nos lotes 4 e 5, mas em todos os lotes, de acordo com a Acetro. Além dos lotes 4 e 5, cujas especificações técnicas se assemelham às da Volkswagen, a Acetro garante que as especificações dos lotes 1 e 2 são referentes a marca Kamaz, enquanto as especificações técnicas que constam para o lote 3 são referentes à marca Mer-



Victor Fernandes,
titular do Comércio
e Indústria

cedes/Unimog.

“No dia 19 de Maio de 2021, foi feita uma rectificação nas especificações técnicas das viaturas, tendo-se corrigido alguns dados demasiadamente evidentes e referentes a uma marca, referida antes, para os lotes 1 e 2, mantendo-se a evidência da referência a marcas Unimog/Mercedes e VW para os lotes 3 e 4,5, respectivamente”, lê-se no documento da Acetro.

Sobre as supostas irregulari-

dades no concurso, entretanto, o Ministério do Comércio e Indústria garantiu, na edição 262 do VALOR, que o concurso “corre dentro da normalidade, conforme os trâmites legais”.

JAIME FREITAS CONTRA COMPRA DE VIATURAS PELO GOVERNO

O empresário Jaime Freitas, que tem interesses em algumas concessionárias, junta a sua voz às

que reprovam a aquisição das viaturas pelo Governo. E defende que o mais certo seria o Governo definir “as condições em que financia os empresários face às necessidades do país e sair de cena”. “Cada uma das pessoas que pretende comprar essas viaturas escolhe no mercado a viatura que se ajusta às suas necessidades, utiliza o financiamento disponível e compra a viatura que quer. Evita que se tenham de comprar carros que convém comprar, alguns deles sem histórico em Angola e sem procura”, defendeu. Salientando que “o Estado não tem de fazer qualquer concurso de viaturas e de se intrometer no mercado”, Freitas entende que “é por isso que não vamos a lado nenhum. As empresas que fornecem bens, equipamentos e serviços ao país devem estabelecer-se em Angola e assegurar a manutenção do que vendem e garantir o emprego e a formação dos angolanos”.

O Governo explica que a criação do ‘plano de apoio aos operadores de transportes de mercadorias do comércio rural’ resultou de um diagnóstico que determinou que o parque automóvel dedicado ao comércio rural é “obsoleto e ineficiente” com “90% dos veículos adquiridos em segunda mão”.

De acordo com o plano, cabe ao Ministério da Indústria e Comércio e ao Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (Facra) a aquisição das 500 viaturas de transporte de carga, caixa aberta, com capacidade média de 6,5 toneladas, por via de um concurso público. Por sua vez, o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), liquida a aquisição, passando a propriedade a ser tutelada pelo Facra.

www.bancobic.ae

**A nossa história é feita por
mais de 1.600.000 nomes.**
Seja um deles e entre
na família **BIC**.



16
BANCO
BIC
ANOS

O **Banco BIC** tem crescido ao longo destes **16 anos** pela dedicação e profissionalismo dos colaboradores e de todos os que estão ao nosso lado. Já são mais de **1.600.000** clientes e o sucesso de cada um constrói o nosso sucesso. Por isso, o nosso **obrigado** ao Wilson, ao Pedro, ao João, ao António, à Maria, ao Carlos e a todos os que estão connosco diariamente a **crescer e a fazer o futuro**.



BancoBIC

Crescemos Juntos

Mercados & Negócios

NOVO ALERTA DO AUDITOR

Continuidade da TCUL em risco



Pedro Pereira, PCA da TCUL

4,7

Mil milhões negativos, capitais próprios da TCUL em 2020

pelo Estado de suporte financeiro adequado”.

No mesmo documento em que é assinalado um resultado líquido negativo de 568,661 milhões de kwanzas, o auditor levanta também reservas sobre uma transferência de 899.713 mil kwanzas para os capitais próprios que “pode ter criado variações patrimoniais não quantificadas nas demonstrações financeiras”.

O auditor detetou igualmente documentos justificativos de transacções relacionadas com custos, despesas e aquisição de imobilizado que não cumprem com o estipulado na lei das facturas e documentos, não sendo aceites como custo fiscal, e estando sujeitas à tributação autónoma em sede de imposto industrial, o que o levou a concluir que os mesmos têm um impacto material no resultado fiscal do exercício.

A empresa, segundo o auditor, não concluiu o cadastro de imobilizado de forma a permitir uma verificação física inequívoca dos bens de sua propriedade, “o que não permitiu confirmar que todos os bens relevados nas demonstrações financeiras se encontram na sua posse, aferir o seu estado de conservação e operacionalidade”.

No relatório e contas do exercício 2020 da TCUL, o auditor também não aceitou expressar a sua opinião sobre o valor das existências iniciais e finais, sobre o custo das matérias consumidas, incorporados na demonstração de resultados na rubrica de outros custos e perdas operacionais e consequentemente sobre o seu impacto no apuramento dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

TRANSPORTES. Resultados transitados relembram que sobrevivência da transportadora pública depende da manutenção do apoio do Estado. Exercício passado encerra com várias reservas do auditor.

Por Gil Lucamba

A continuidade das operações da TCUL está comprometida, face ao desequilíbrio das contas transitadas do exercício passado, que fixam os capitais próprios em terreno

negativo (-4,772 mil milhões de kwanzas), além de as dívidas de curto prazo a fornecedores (4.584.681) serem superiores aos activos de curto prazo (590.620 kwanzas).

Os dados constam do relatório e contas de 2020 e as reservas são levantadas pelo auditor independente que condiciona a sobrevivência da transportadora pública à “manutenção



RESULTADOS CONSOLIDADOS

Lucros da Endiama recuam 54%

O resultado líquido da Endiama recuou 53,8% para os 8,124 mil milhões de kwanzas em 2020, confirmando as projecções da empresa que indicavam perdas, devido, sobretudo, às limitações impostas pela pandemia. No mesmo período, o capital próprio da diamantífera, no entanto, aumentou 26,9%, ao passar de 46,871 para 56,468 mil milhões de kwanzas. O passivo teve a mesma direcção, crescendo 35,6%, para os 59,468 mil milhões de kwanzas. De acordo com o relatório e contas da empresa, que não é

acompanhado do parecer do auditor externo, a empresa tem contas a receber no valor de 27,872 mil milhões de kwanzas e por pagar de cerca de 12,932 mil milhões de kwanzas. As contas de 2019 foram, no entanto, alvo de reservas do auditor externo, no caso a Delloite, por falta de resposta de determinadas entidades aos pedidos de confirmação de saldos e outras informações, bem como por disparidade entre os saldos contabilísticos e as respostas obtidas de determinadas entidades.

As Pequenas e Médias Empresas que acreditam nos seus projectos merecem soluções à medida

Com a Unitel Empresas, as Pequenas e Médias Empresas de Angola estão sempre ligadas. Conheça a gama completa de serviços de voz, dados e ICT que Unitel criou para as PME e escolha uma solução à medida para dinamizar o seu negócio.

O futuro é agora

SOLUÇÕES PME

Voz
Office Kit
Internet
PBX
SMS em Massa

Linha de Apoio
a Empresas

19 300

www.unitel.ao

 **UNITEL**
EMPRESAS

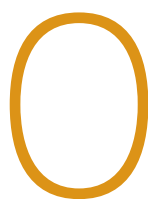
Entrevista

DOMINGOS DA CONCEIÇÃO, SECRETÁRIO-GERAL DA FAAC

“O Governo está a empobrecer as associações e contribui para o seu desaparecimento”

Pelo menos 16 mil reclamações, na sua maioria relacionadas com serviços bancários, deram entrada na Federação Angolana de Associações dos Consumidores (FAAC), em Luanda no ano passado. O seu responsável considera que se poderia fazer mais, se fosse entidade de utilidade pública como acontece em outros países que falam português. Domingos da Conceição reclama também da falta de diálogo com o Governo, acusando-o de estar a contribuir para a ‘morte’ das associações que trabalham na defesa do consumidor.

Por Júlio Gomes



O trabalho da federação não é visível. O que se passa de concreto?

Esta é uma plataforma com 25

anos de existência que congrega oito associações das 10 existentes em Angola. A federação é membro fundador da Consumare, uma entidade internacional de defesa do consumidor com sede em Lisboa e ocupa a vice-presidência deste órgão.

O que representa a adesão a esta entidade?

O mercado é multissetorial e a FAAC, sendo membro da Consumare, tem apoio técnico desta. Ela tem feito um conjunto de acções de formação para que os membros tenham bagagem suficiente para a defesa dos consumidores. Nesta altura, por causa da pandemia, temos realizado vídeo conferências semanais. De momento, a presidência da Consumare está com o Brasil e Angola também pode vir a abraçar o cargo de forma rotativa. No passado, íamos regularmente a Portugal, mas abraçamos o ciclo



de vídeo-conferências que termina em Setembro.

Mas voltemos ao princípio. A acção da Federação não é notada...

A nível da federação, realizamos cinco a 10 mediações de conflitos por semana. O que se passa é que não fizemos publicidade porque não temos recursos quer humanos, quer materiais. Entendemos que hoje devíamos ser uma entidade de utilidade pública como ocorre em outros países da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa.

Agora estamos piores. Se, no passado, havia encontros mais ou menos regulares, agora é cada um por si.

E porque isso não acontece?

A defesa do consumidor é uma área muito sensível a que o Estado devia abraçar, porque somos parceiros estratégicos. Logo há toda a necessidade de sermos potenciados para podermos dar resposta rápida aos interesses dos consumidores. E sairíamos todos a ganhar, porque somos um ente privado que desenvolve uma actividade pública. Por isso é que precisamos de dinheiro para o escritório funcionar. Se, por exemplo, tivermos aqui 50 juristas especializados em matéria de consumo, não havendo esse apoio do Governo, estendemos a mão à cari-

dade, ou seja, vivemos de doações de pessoas que apostam no nosso trabalho. Temos encargos com água, energia eléctrica, material gastável e trabalhadores que recebem salários. Por isso é que precisamos desse apoio sob pena de fecharmos o escritório, a exemplo de outras associações que já desapareceram.

Como olha para o surgimento da Agência Nacional de Inspeção e Segurança Alimentar (Aniesa)?

É mais um órgão que veio reforçar a fiscalização e defesa do consumidor. Mas entendo que as políticas públicas deveriam ser de inclusão.

Não são?

Do ponto de vista da inclusão, não há necessidade de o Governo gastar tanto dinheiro com recursos humanos. Na sua acção, os órgãos de fiscalização do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (Inadec), por exemplo, deviam incluir os entes particulares, porque todos juntos somos poucos na defesa dos interesses dos consumidores. O Governo não deve empobrecer as associações que estão aí para auxiliar na implementação de políticas. Também não precisa de ter tantas direcções muni-

“Devíamos ser chamados quando se tomam medidas na vertente do consumidor. É preciso ajustar o salário diante dessa galopante inflação, para minimizar o caos.”

cupais e não há Governo nenhum que agente tamanha estrutura de custos, porque isso envolve escritórios, viaturas, quando há entidades privadas com o mesmo fim que podem fazer valer os direitos. A entidade pública viria no fim.

Mas já solicitaram ao Governo a passagem para entidade de utilidade pública. O que falta?

O aspecto jurídico foi cumprido há vários anos, mas até hoje a federação nunca foi tida nem achada, quando o próprio Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos reconhece a nossa existência.

Os preços dos produtos essenciais sobem no mercado e o consumidor vê-se cada vez mais ‘asfixiado’, porque os salários perderam poder por conta da inflação. Qual é o seu comentário?

Devíamos ser chamados quando se tomam medidas na vertente do consumidor. É preciso ajustar o salário diante dessa galopante inflação, para minimizar o caos.

Não há diálogo com o Governo, é isso?

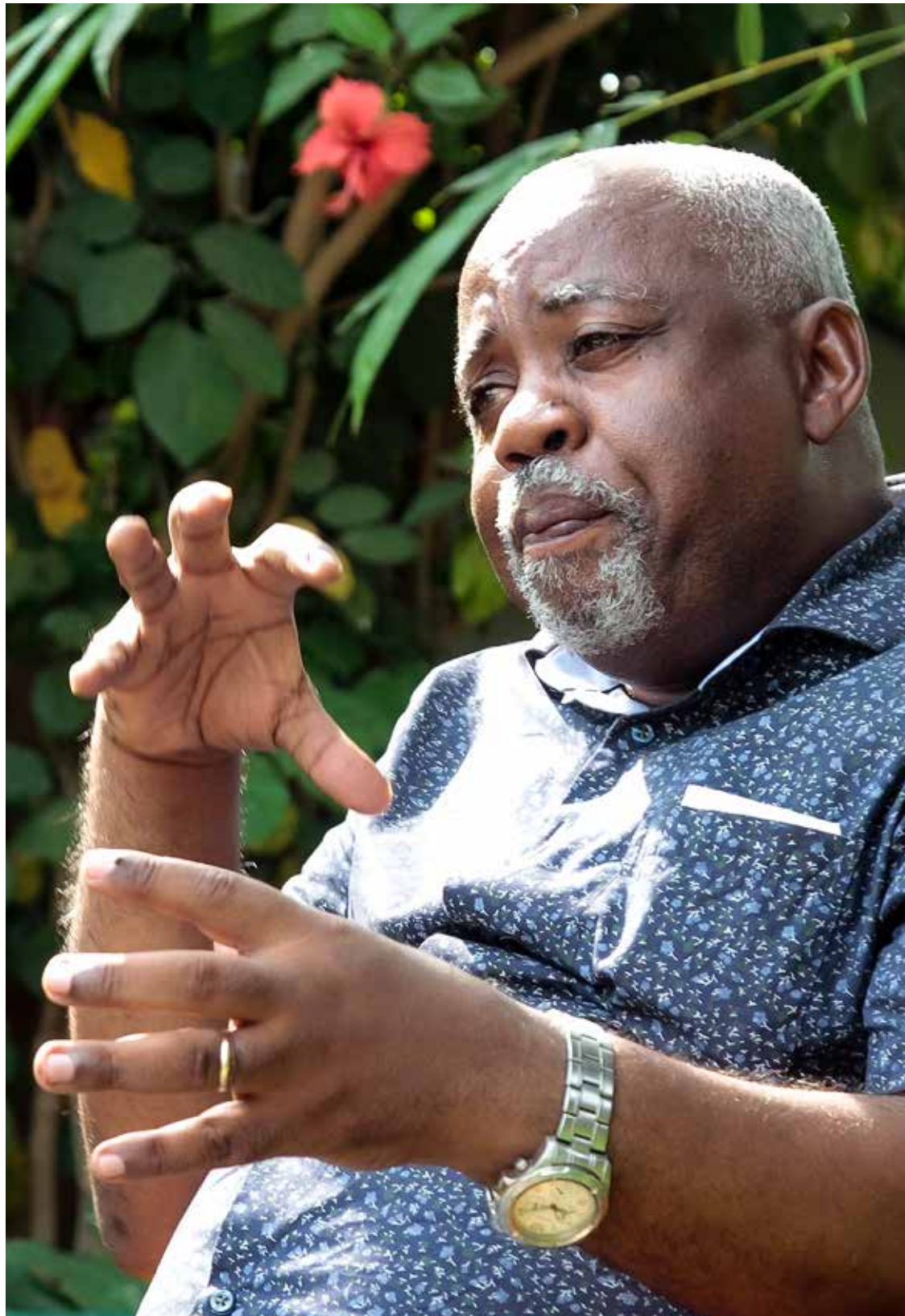
Agora estamos piores. Se no passado havia encontros mais ou menos regulares, agora é cada um por si. E há uma desvantagem, porque nós não recebemos dinheiro do Estado, mas exercemos um trabalho público. O que se verifica é que, à medida que o tempo passa, vão desaparecendo associações porque não conseguem aguentar os custos operacionais.

E que tipo de consequências o preocupam?

Mas quem ganha com isso? Veja que, desde os anos 94 e 95, quando começaram a surgir as primeiras associações em Angola, todos trabalhamos para que o Governo criasse um ente público, no caso o Inadec. Fomos chamados, através do Ministério do Comércio, como parceiros privilegiados para dar o nosso contributo naquilo que seriam os estatutos e o programa do Inadec. E naquele tempo chegamos a viajar com a comissão instaladora no estrangeiro à busca de conhecimento para potenciar este instituto público.

O conselho nacional de consumo não sai do papel?

Este devia ser um órgão a congregar todos os entes públicos e privados da relação de consumo. O legislador tipificou que a composição da



sua direcção seria constituída por 50% das associações de defesa dos consumidores, isso para acautelar que os direitos dos consumidores sejam defendidos. Tem sido a nossa luta diária. Continuamos a batalhar para que o Governo um dia aprove a necessidade da implementação desse conselho.

É uma questão de falta de políticas?

Exactamente, não há nada!

Quantas reclamações recebem em média por ano?

Só no ano passado, estamos a

Perfil Especialista na resolução de conflitos

Domingos Sebastião da Conceição nasceu em Luanda há 54 anos. É licenciado em Direito voltado para a organização empresarial e é especializado em métodos de resolução de conflito, dirigindo a FAAC desde a sua fundação. Frequenta no Uruguai o mestrado em Administração de Empresas.

falar de um universo de 16 mil acções de mediação feitas na sede da Federação. Note que as partes entram separadas e chateadas mas, no fim, abraçam-se e saem satisfeitas. É isso que nós queremos implementar nas 18 províncias, comunas e municípios. Assim sairia o país a ganhar.

Quais são os casos mais recorrentes?

As pessoas que nos procuram em grande parte apresentam queixas que têm que ver com o funcionamento dos bancos. Seguem-se outras reclamações

relacionadas com a actividade empresarial.

Estão representados só em Luanda?

Já tivemos representações em quase todo o país, mas, à medida que a crise foi apertando, o poder financeiro também diminuiu. Estávamos empolgados porque tínhamos promessas de apoios do Governo, mas assim não aconteceu e fechámos as delegações provinciais que eram arrendadas. Perdoaram-nos as dívidas e hoje ficamos confinados a Luanda. Aliás, se reparar, quase 90% das associações têm as portas fechadas, o que não é bom. Daí que vejamos muita gente a reclamar, quando devia usar canais apropriados como o nosso, que é um parceiro privilegiado do Governo. Aliás, numa das minhas teses de licenciatura, disse que, quando não se defende o consumidor, estamos a contribuir para o seu empobrecimento. Ou melhor, muitos de nós estamos a ficar pobres porque os nossos direitos não são salvaguardados.

Porque também não há sensibilização e divulgação desses direitos...

A defesa do consumidor joga um papel fundamental, por isso é que temos países estáveis no mundo. Do ponto de vista político, os ganhos seriam maiores, porque as pessoas saberiam onde reclamar em vez de correrem aos órgãos de comunicação social como tem acontecido.

E como podem apostar na sensibilização, face a este cenário?

Estamos neste momento a avançar com a campanha ‘Eu acredito na defesa do consumidor’. A ideia é criar uma sociedade sã. Isso passa pela divulgação permanente dos direitos dos consumidores através de cartilhas, boletins e guias de educação. Também pensamos em criar centros de arbitragem com o objectivo de dirimir conflitos de consumo.

Porque diz que o abastecimento de água em Luanda não é uma preocupação, mas um problema?

É um problema porque existe um programa ‘Água para todos’ mas mantém-se a situação de água para uns e não para outros. Há um conflito entre o consumidor e o fornecedor que não consegue satisfazer o direito do cidadão. Isso ocorre também com a energia eléctrica.

DE JURE



ANTIGO PR DA ÁFRICA DO SUL DIZ-SE “INOCENTE”

Tribunal condena Zuma a 15 meses de prisão

JULGAMENTO. Jacob Zuma ter-se-á recusado a cooperar com a comissão de inquérito. Antigo presidente sul-africano enfrenta acusações ligadas a alegados subornos num negócio de aquisição de armas. É a primeira vez, naquele país, em que um ex-chefe de Estado é condenado a uma pena de prisão.

Por Redacção

O antigo presidente da África do Sul Jacob Zuma foi condenado, esta terça-feira, a 15 meses de prisão. A medida do Tribunal Constitucional de Joanesburgo foi justificada com “o desrespeito de Zuma ao tribunal, ao recusar, repetidamente,

cumprir a citação que lhe exigia o testemunho em investigações de corrupção”.

De acordo com a sentença, lida pela presidente em exercício do Tribunal, juíza Sisi Khampe, “Zuma procurou minar a autoridade do poder judicial com egrégio e ataques calculados” e que não há outra opção senão enviar uma “mensagem retumbante”, para garantir o Estado de direito e a confiança da sociedade nos tribunais.

O antigo chefe de Estado, segundo a deliberação, deve entregar-se à polícia em cinco

dias, de outro modo, o tribunal determina que o Estado, através do Ministério da Segurança, deve assegurar que as ordens sejam cumpridas.

Na história da África do Sul, esta é a primeira vez em que um antigo presidente é condenado a uma pena de prisão.

Jacob Zuma, segundo a mais alta instância judicial do país, desafiou o Constitucional, recusando-se a cooperar com a comissão de inquérito, que está sob o comando do vice-chefe de Justiça, Raymond Zondo. “O Tribunal Constitucional considera que não pode haver dúvidas de que o Sr. Zuma está a desrespeitar o tribunal. O Sr. Zuma foi notificado com a ordem e é impossível concluir outra coisa que não seja que ele estava inequivocamente consciente do que lhe era exigido”, disse a presidente do Tribunal.

Segundo Sisi Khampepe, ao determinar a pena de prisão para o ex-presidente, o tribunal considerou impossível concluir que ele iria cumprir qualquer outra ordem.

“O Sr. Zuma reiterou repetidamente que preferia ser preso

a cooperar com a comissão ou cumprir a ordem dada”, recordou Khampe.

O ex-chefe de Estado manifestou várias vezes indisponibilidade para comparecer perante a comissão, que, até agora, ouviu provas que o implicavam directamente em aptos ilícitos durante a sua governação.

Numa carta de 21 páginas dirigida ao presidente do Supremo Tribunal, Mogoeng Mogoeng, que o TC descreveu como “escandalosa”, Zuma afirmou que estava pronto a ser enviado para a prisão, alegou que o presidente da comissão era tendencioso e que as provas apresentadas contra si eram politicamente motivadas.

Jacob Zuma, que governou a África do Sul entre 2009 e 2018, enfrenta igualmente acusações relacionadas com subornos, que alegadamente terá recebido durante um negócio de aquisição de armas pela África do Sul em 1999.

Os advogados de Jacob Zuma, que sempre se declarou inocente das acusações, solicitaram a demissão do procurador principal no caso, por suposta parcialidade contra o ex-presidente.

DIREITO DE REUNIÃO

UNITA defende revogação da lei

O Grupo Parlamentar da Unita deu entrada, esta segunda-feira, na Assembleia Nacional (AN), de um Projecto de Lei sobre o Direito de Reunião e de Manifestação, com vista à revogação da Lei n.º16/91, de 11 de Maio.

Liberty Chiyaka, presidente do Grupo Parlamentar da Unita, esclareceu, em conferência de imprensa, que a proposta teve como base “as constantes incompreensões e abusos” que se verificam neste domínio, tanto por parte dos manifestantes como das autoridades.

Segundo o deputado, apesar de a Constituição de 2010 estabelecer que os cidadãos são livres de se reunir e se manifestar, sem necessidade de qualquer tipo de autorização, “existe, desde 1991, uma lei que diz o contrário”. Por isso, defende que a, a lei n.º 16/91, de 11 de Maio, sobre o Direito de Reunião e de Manifestação, “é inconstitucional e precisa de ser revogada”.

Para Chiyaka, tem havido, nos últimos anos, alguma incompreensão, temores, abusos e até morte de cidadãos, associados ao exercício do direito à liberdade de reunião e de manifestação em Angola, lembrando que, amiúde, os cidadãos acusam as autoridades policiais de tomarem medidas desproporcionais e excessivas, violadoras das liberdades democráticas.

Segundo o político, as autoridades, por sua vez, acusam os cidadãos de arruaça, desrespeito à lei vigente e aos limites que, por vezes, são impostos para a salvaguarda de outros direitos igualmente protegidos.

Para o partido do ‘galo negro’, o propósito é, igualmente, clarificar os conceitos para eliminar as incompreensões, estabelecer limites para remover os temores, bem como disciplinar comportamentos para evitar abusos.

UM ACTO DE GESTÃO QUE SE TORNOU UMA CATÁSTROFE

Quando os coelhos tomaram conta de um país

HISTÓRIA. Há erros históricos que se podem tornar catastróficos. E quando se juntam a erros de gestão podem também ser desastrosos. Foi o que aconteceu quando um investidor australiano resolveu comprar coelhos.



Por Emídio Fernando

Decorria o ano de 1869 quando o agricultor e empresário inglês Thomas Austin decidiu fazer da colónia Austrália uma espécie de Inglaterra. Pelo menos, em alguns campos agrícolas. Ainda jovem, foi viver para a Austrália, seguindo os passos dos pais que, tal como milhares de australianos, encontraram no vasto país, quase um continente, um ‘el dorado’ e uma forma de fugir à pobreza inglesa.

Em poucos anos, graças à criação de ovelhas, transformou-se num próspero empresário agrícola, desenvolvendo um latifúndio de 12 mil hectares, perto de Victória, região da Nova Colónia de Gales do Sul. O sucesso da colonização valeu-lhe títulos nobres e visitas regulares da aristocracia inglesa. E, como bom inglês, ainda

por cima fidalgo, criou reservas de caça e promoveu a importação - no caso, a compra - de perdizes, faisões, melros e tordos. Para completar a ‘nova Inglaterra’, resolveu encomendar a aquisição de coelhos. Numa carta dirigida ao sobrinho, justificou que a introdução de coelhos “faria pouco mal” e que iria “proporcionar um toque de casa”.

Assim, o primeiro carregamento foi de apenas 24 coelhos. Mas foi o suficiente para transformar a paisagem da região e, mais tarde, da própria Austrália obrigando até a medidas como tentativas de extermínio. Sem sucesso.

É bom lembrar que os coelhos têm um tempo de vida entre os seis a oito anos, reproduzem-se a partir dos quatro meses e cada gravidez da coelha, de apenas 30 dias, resulta numa média de seis crias. E podem parir seis vezes por ano. Eis então a receita para a catástrofe que se seguiu.

Dois anos depois da chegada dos primeiros animais, Thomas Austin vangloriava-se, em nova carta ao sobrinho, de já ter milhares de

Coelhos em Angola

A nutricionista e consultora em cunicultura, Rachel Wakua, tem um projecto de industrialização do coelho em Angola. Em Maio, organizou uma conferência, em que explicou as intenções e o projecto. A ideia é criar coelhos para abate e incentivar o consumo da carne. A promotora pretende que o coelho “não seja visto apenas como um animal de estimação” e que possa servir de alimento a pessoas carenciadas. Rachel Wakua já conta com mais de 60 coelhos e a pretensão é criar mais animais de forma a poder baixar o preço do coelho, que tem sido vendido entre os 11 a 22 mil kwanzas.

coelhos, “todos ingleses”. O orgulho nacional juntava-se ao orgulho na gestão.

E os coelhos insistiam em repro-

duzir-se de tal forma que, 10 anos depois, só na região de Victória já eram mortos, todos os anos, dois milhões de coelhos. Mas sem sinais da proliferação abrandar. Bem pelo contrário. Nos anos seguintes, as autoridades australianas davam conta de “exércitos” de coelhos, cujo crescimento, por área, rondava os quilómetros por ano,

Além de se reproduzirem a grande velocidade, os coelhos alimentam-se e muito. E estes não fugiam à regra. Daí que, em pouco mais de 20 anos, tenham devastado toda a vegetação de Victória, com consequências para o ambiente e para a fauna vizinha. A verdejante região começou a ficar desértica.

Como se multiplicaram, os coelhos, como bons colonos, resolveram ocupar terras e esticaram os seus domínios. Em 1920, a população já estava estimada em 10 mil milhões. A invasão obrigou a medidas extremas.

A Austrália desencadeou uma verdadeira caça, sem restrições. Anúncios nos jornais prometiam oferecer 25 mil libras a quem apre-

sentasse um “projecto eficaz” de extermínio de coelhos. A partir daqui, foram experimentados vários métodos: envenenamento, caça indiscriminada, fumigação, colocação de armadilhas, queimadas e uso de fogo em tocas.

Até foi construída uma vedação, em Nova Gales do Sul, de 1500 quilómetros. Nada resultou. O desespero levou ao uso de armas químicas e biológicas, com a criação de doenças. Um dos métodos esteve quase a dar certo: em 1950, cientistas criaram um vírus, que chegou a reduzir a população. Mas por pouco tempo. O vírus, para ser transmitido, precisava de... mosquitos. Mas estes estavam quase em vias de extinção e assim o método acabou por falhar.

Na década de 1990, a Austrália ainda enfrentava o problema da praga e sem solução. O número de coelhos passou a ficar mais reduzido só em 2000 com a introdução de um novo vírus que tinha a particularidade de matar os animais e provocar doenças nos humanos. Mas o mais importante prevaleceu: há menos coelhos e a floresta cresceu.

(In)formalizando

AUMENTO DA CONCORRÊNCIA

Produtoras de peruca queixam-se de queda nas vendas

BELEZA. Desvalorização da moeda e consequente aumento do custo das perucas importadas levou a que muitas pessoas apostassem na produção localmente. Mercado vai crescendo, provocando redução na facturação.

Por Redacção

Produtoras artesanais de cabelo artificial (peruca) assinalam quedas “significativas” nas vendas desde o princípio do ano, tendo em conta o aumento da concorrência.

Em detrimento do importado, o acessório produzido localmente passou a ser mais usado sobretudo nos últimos anos, como resultado da redução do poder de compra bem como das importações que encareceram. “As de fora são sempre mais caras pela originalidade e também pelos custos de importação”, compara Marcela Santos, no negócio há vários anos.

Marinela Gouveia, que também conta com alguns anos de

experiência, precisou de 350 mil kwanzas para o arranque e vê hoje a actividade “menos rentável”. Se antes vendia, em média, quatro a cinco perucas por dia, actualmente às vezes não chega a vender uma. “As vendas baixaram muito. Anteriormente não ficava o dia sem vender, agora podemos ficar um a dois dias sem atender uma só pessoa”, lamenta. Ainda assim, não pensa em mudar de actividade, porque acredita que o quadro irá mudar para melhor, visto que as perucas locais são mais baratas em relação ao cabelo aplicável proveniente da Índia, China e Brasil. A comerciante produz peruca para vários bolsos com os preços oscilando entre os 40 e 400 mil kwanzas.

O salão Japonesa Re-makeup, por sua vez, antes da pandemia, chegava a fechar o mês nos 3 milhões de kwanzas. Actualmente regista uma redução de 60% na facturação.



A matéria-prima é importada, sobretudo, do Brasil e da Índia.

Geovana Arsénio, outra produtora, também viu recuar os 250 mil kwanzas mensais para cerca de 100 mil. “Mesmo quando fazia 250 mil, poderia fazer mais, só que tinha outros compromissos”, explicou, acrescentando que a facturação baixou porque arranhou mais compromisso e, como consequência, só faz perucas por encomendas. “Antes não, fazia por encomenda, mas também para quem quisesse comprar na hora”, lembra, garantido que, apesar das dificuldades e do aumento da concorrência, a produção de peruca continua a ser um “bom negócio”, contrariando o pessimismo generalizado.

Se umas estão inseridas nos salões de beleza, outras estão nas praças, com realce para o Kikolo,

em Luanda. Para a aplicação, estas chegam a cobrar entre 8 e 10 mil kwanzas só pela mão-de-obra, ou seja, quando as clientes já têm o material. Sem o material da cliente, o preço varia entre 70 e 400 mil kwanzas conforme a qualidade da peruca.

Mas as queixas não desaparecem. “Há muita gente a fazer o mesmo negócio, a pandemia fez com que muitos dos jovens descobrissem, por causa disso a procura ficou escassa”, lamenta Beatriz Silva que, em dias áureos, já chegou a ter 50 encomendas.

Grande parte das produtoras confecciona de forma artesanal e poucas têm a desejada máquina de costura de cabelo que custa cerca de 150 mil kwanzas. A matéria-prima é proveniente da China e Índia.

DESDE 2020

Nações Unidas capacita refugiados da RDC no Lôvua

Refugiados da República Democrática do Congo (RDC) beneficiam de formação no âmbito de um projecto das Nações Unidas para a criação de um mercado no assentamento do Lôvua.

Criado em 2020, o projecto está a ser implementado pela ADPP, em parceria com o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Possui hortas-modelo, onde os camponeses aprendem novas técnicas de cultivo.

Com uma extensão de 300 hectares, entre os quais 240 destinados à habitação, educação, saúde e água potável, o assentamento de refugiados do Lôvua tem igualmente reservada uma área para a prática da agricultura de subsistência.

Segundo a organização, os camponeses aprendem novas técnicas de cultivo sem grandes custos. Foram criados três clubes, compostos por 20 agricultores cada um, tutelados por comités integrados por cinco elementos, sendo um presidente, um secretário, um tesoureiro e dois ajudantes. Os refugiados contam também com o apoio de dez mobilizadores da ADPP. Entre os conhecimentos transmitidos constam técnicas de melhoria do solo e criação de compostos orgânicos.





O orgulho nos une

SAHAM Angola Seguros torna-se Sanlam

A SAHAM Angola Seguros torna-se Sanlam, integrando a maior instituição financeira não bancária de África. Valendo-se de mais de 100 anos de experiência financeira no mercado Africano e na indústria seguradora, a Sanlam assume o compromisso com os seus parceiros, clientes e colaboradores, de estar sempre presente e caminhar juntos no desenvolvimento de capacidades e estruturas que permitam o crescimento seguro.

Unidos pelos mesmos valores.

 **Sanlam**

Viva com confiança

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Bem-vindo, querido leitor, a este seu espaço onde perguntar não ofende e onde desde a semana passada fazem eco as palavras da senhora da reportagem da VOA (Benguela: Gafanhotos e sobra de trigo à mesa de famílias angolanas em tempo de fome), quando dizia que "o Governo vai ficar sem pessoas, porque a fome e a doença vão matar muito." Palavras que marcam, porque a situação do país, o desemprego, aquele que as pessoas sentem, mas o INE renega, as doenças, a fome, a insegurança, tudo aquilo que a senhora dizia, enquanto varria restos de trigo da estrada onde passam camiões em trânsito que deixam cair essas migalhas que servem para alimentar aquelas famílias - que vou repetir, tratam a fome por tu -, tudo aquilo que ela dizia, no fundo diz quase tudo o que é importante sobre o estado da nação. Pelo menos do estado da nação fora das paredes douradas da Assembleia e da Cidade Alta, o estado da nação da grande maioria dos governados.

E, apesar de a reportagem já ser da semana antepassada, os acontecimentos da última, acabam reforçando essa mesma ideia, de que o país está tão mau que daqui a pouco os governantes vão ficar sem pessoas para governar.

As danças do mais velho reciclado Bento Bento e aquelas militantes dos vivos, quando o país tem pouco para celebrar e muito para fazer, seriam quase o suficiente para fugir, mas a lenga-lenga da equipa económica do Governo que, há décadas, não se envergonha de cacimbar as mesmas palavras "temos de reduzir a dependência no petróleo" - ah

URGENTE
JUNTOS PELO SUL DE ANGOLA
#S.O.S.ANGOLASUL

BANCO BIC SA
AGENCIA MORRO BENTO II
SWIF CODE, BCCBAOLLU

IBAN A006 0051 0000 4286 2462 3224 2
CONTA 04286246232002
CARITAS DE ANGOLA, AV 21 DE JANEIRO,
BAIRRO ROCHA PINTO, ANGOLA

PONTO DE ENTREGAS DE DONATIVOS (BENS ALIMENTARES)
Em Luanda
I- Em Talatona: Mirantes Travessa 4, n.º 8, Junto ao largo da Zap TV
II- Rua Marien Ngouabi n.º 1 distrito urbano da Malanga
III- Paróquia de Nossa Senhora de Fátima (São Domingos)

No Lubango
I- Paróquia de Nossa Senhora das Dores (Missão)

Contactos telefónicos: +244 933 098 903/+244 998 632 631

Data limite para as doações 7 de Junho.

misericórdia! Aberrações que se juntam às compras e vendas de manifestações que não mudam em nada o estado real do país, e que só fazem mais eco das palavras da senhora que apelava ao Governo no fundo para que se foque no que é importante, salvar as vidas das pessoas agora.

A ideia do governo ficar sem pessoas para governar, que me lembra também o 'Ensaio sobre

a Lucidez' do brilhante José saramago, é naturalmente apocalíptica e improvável particularmente tendo em conta a capacidade assombrosa dos angolanos de procriar.

Mas, e agora pergunto eu, e se todos os angolanos tivessem a possibilidade de viver noutro país, tivessem outro passaporte, capacidade financeira de viajar, levando os seus, com quantas pessoas ficaria de facto o Governo para governar

caso os angolanos tivessem escolha? Uma escolha que não dependesse de urnas 'duvidosas' de cinco em cinco anos? Provavelmente até grande parte desse Governo obeso iria imigrar também... Porque o subdesenvolvimento que o Governo vem reproduzindo, quais galinhas no choco, ano após ano, no nosso caso década após década, naturalmente tem de os afectar também. Porque se o sis-

O sistema de segurança social que é quase inexistente significa também que, se os governantes forem exonerados, podem não ter rede nenhuma (provavelmente a razão pela qual muitos desenvolvem problemas de saúde quando são exonerados).

No que diz respeito a como Angola trata dos direitos civis e políticos, a liberdade de associação de expressão e de participação governativa, Angola sai classificada com um 2.8 numa prova de 10 valores com informação de 2020.

tema de saúde é mau, isso significa que eles próprios governantes não podem confiar nele nem para si nem para os seus, e o dinheiro que têm a mais do que a maioria não previne todas as situações em que ter um sistema de saúde funcional é instrumental. Há acidentes, doenças repentinas, todo um arraial de situações que podem expor também os endinheirados a esse sistema de saúde deficiente

A reformulação regulamentar prevista pelo BNA encontra-se reflectida na Lei do Regime Geral das Instituições, publicada em Maio/21.

que temos há décadas. O mesmo se diz do sistema de educação. Tão precário para os mais vulneráveis que obriga por exemplo a escandalosas distâncias a percorrer pelas crianças. Algumas atravessam rios sozinhas para irem à escola, outras nas fronteiras mudam todos os dias de país para irem estudar “no estrangeiro”. Mas mau também para os governantes já que os obriga a separarem-se muitas vezes dos seus e pagarem fortunas para os manter lá fora alimentado os sistemas de educação dos países desenvolvidos.

O sistema de segurança social que é quase inexistente significa também que, se os governantes forem exonerados, podem não ter rede nenhuma (provavelmente a razão pela qual muitos desenvolvem problemas de saúde quando são exonerados) e a falta de saneamento, essa literalmente junta todos no mesmo balde de lixo mal-cheiroso e produtor de mosquitos e doenças, particularmente no centro da gestão nacional que é Luanda.

A propósito de escolha de sair do país, no Sul, até ao mês passado, mais de 10 mil angolanos tinham sido registados a fugir de Angola, da fome da seca, da falta de perspectivas... Pergunto-me, quantos dos cerca de 30 milhões de angolanos que Angola conta viveriam no país como está, se tivessem oportunidade real de sair, levando os seus? Com quantos angolanos ficariam os nossos governantes para governar, para fazerem passeatas de massas e apoio ao presidente?

Assim se devia medir o grau de satisfação dos governados para com os governantes – perguntando - “com outra alternativa viável, ficaria no país que governamos à décadas e que prometemos continuar a governar?” E, vale lembrar, não está em causa o amor à pátria - até porque ela nos acompanha onde formos porque faz parte de nós - está em causa o inferno em que os nossos governantes a conseguem transformar.

A esse propósito foi publicado esta semana o Human Rights Tracker, um estudo internacional de mais de 202 países e que mede o nível dos direitos humanos em relação ao que seria possível tendo em conta o nível de receita do país.

E no indicador ‘Qualidade de vida’, que inclui essenciais como o direito à educação, o direito à saúde, à habitação ao emprego, o direito à alimentação, nesse indicador, Angola estava a 42,4% do

que poderia estar tendo em conta a receita em 2018. É o pior país a nível de qualidade de vida de 86 comparados. Sendo que na saúde, melhor sub-indicador, estava a 55,4%, e no emprego, o pior, a apenas 28% do que poderia estar com a receita que o país tinha.

Estes 28% são reveladores porque traduzem o desvio da receita do país para alimentar a máquina do estado (isso e malas e contentores), mas nada que fomenta o emprego em Angola. E com o talento que o Governo, no âmbito da sua agenda política, tem de destruir empresas, o próximo posicionamento de Angola a nível de emprego com dados mais recentes será um descalabro maior certamente porque desde 2018 estes indicadores definham bastante.

Os outros indicadores do estudo são a segurança quanto ao respeito do Estado a direitos básicos e à justiça, onde Angola se sai com um 3,4 de 10 pontos possíveis, porque um dos indicadores é a pena de morte que felizmente Angola aboliu há muitos anos e que nos vale 10 pontos. Os piores sub-indicadores são a prisões arbitrárias (4,1) e as execuções extrajudiciais (3) e nesta lista o pior país é o México, sendo que pior do que Angola está Moçambique, Brasil, Venezuela e Arábia Saudita.

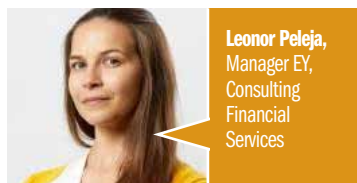
No que diz respeito a como Angola trata dos direitos civis e políticos, a liberdade de associação de expressão e de participação governativa, Angola sai classificada com um 2.8 numa prova de 10 valores com informação de 2020.

O que confere integralmente tendo em conta as táticas draconianas de gestão e prevenção de manifestações e contra-manifestações e tendo em conta a partidização do Estado que elas deixam a nu e que testemunhámos mais uma vez semana que passou. Pior do que Angola neste quesito está apenas o Cazaquistão, a Venezuela, Hong Kong, Vietname e Arábia Saudita onde manifestações são impensáveis. Moçambique está nesta lista de 34 países 5 lugares melhor posicionado do que Angola.

Voltando ao que dizia a senhora que varria os restos de trigo da estrada, com que governados ficariam os nossos governantes caso os governados tivessem escolha de sair?

A esperança (não o novo partido, mas aquela que é a última a morrer) há de continuar, teimosa, em dias melhores.

Preparação de um Sistema Financeiro para o FUTURO



Leonor Peleja,
Manager EY,
Consulting
Financial
Services

A credibilidade, solidez e transparência do Sistema Financeiro Angolano (SFA) é um importante complemento para a estabilidade e desenvolvimento económico do país. Reconhecendo a sua importância o Banco Nacional de Angola (BNA) iniciou uma reforma regulamentar e de supervisão prudencial, com vista ao seu alinhamento com os mais elevados padrões internacionais e em conformidade com os princípios fundamentais para uma Supervisão Bancária efectiva.

A revisão regulamentar tem, essencialmente, em consideração os instrumentos legais e regulamentares utilizados na Europa

para implementar os Acordos de Basileia. A reformulação regulamentar prevista pelo BNA encontra-se reflectida na Lei do Regime Geral das Instituições, publicada em Maio/21, e implicará a aplicação de um conjunto de medidas estruturais na gestão das Instituições Financeiras (IF), cobrindo matérias relacionadas, não só, com a solvabilidade e a perspectiva micro prudencial, mas também com a liquidez, a perspectiva macro prudencial e outros requisitos relacionados com a gestão do risco.

Assim, o BNA instituiu a obrigatoriedade das IF implementarem processos internos para assegurar a adequação das posições de capital e liquidez (designados por ICAAP, do inglês Internal Capital Adequacy Assessment Process e ILAAP, do inglês Internal Liquidity Adequacy Assessment Process). Estes processos permitem auto-avaliar a adequação da gestão dos riscos materiais e possibilita a estimação das necessidades de capital e liquidez em condições normais e adversas, actuais e futu-

ras, assegurando que a IF tem meios suficientes para absorver perdas e para implementar planos de acção atempados, fornecendo uma visão global acerca da sua viabilidade e sustentabilidade. Adicionalmente, encontra-se prevista a implementação do Pilar 3 de Basileia. Este Pilar consiste num novo reporte de divulgação pública, a ser requerido pelo BNA este ano, que permitirá ao mercado dispor de informação suficiente para avaliar a adequação de capital e liquidez de cada IF, contribuindo assim para a transparência e estabilidade do SFA.

Dado o contexto anterior e tendo presente a intenção da convergência das práticas de supervisão prudencial às melhores práticas internacionais, é expectável que o SFA aumente a sua robustez na gestão do risco e na antecipação de eventos críticos, bem como reforce a sua transparência e credibilidade internacional, o que potenciará o desenvolvimento e atractividade da economia ao investimento estrangeiro, factor crítico para garantir a Angola um futuro de sucesso.



Opiniões

Que país é este quase 50 anos depois da sua independência?



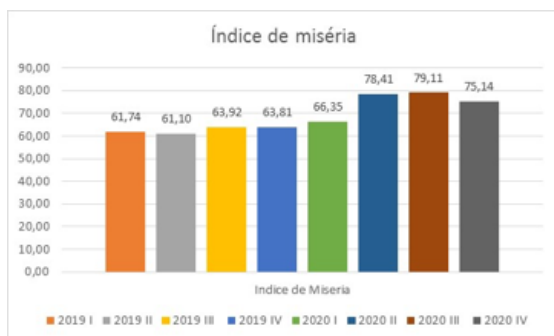
Alves da Rocha,
Economista

A componente social do sistema nacional de vida está um caos, quase a completarem-se 50 anos depois do histórico 11 de Novembro de 1975. Como a economia está verdadeiramente encravada, o social ressent-se, explode com a pobreza e rebenta com a miséria. Que país é este que ao fim de quase 50 anos de independência e 23 anos de cessação da guerra civil, tem para mostrar uma taxa de pobreza monetária de 45% da população total e de pobreza multidimensional de 52%?

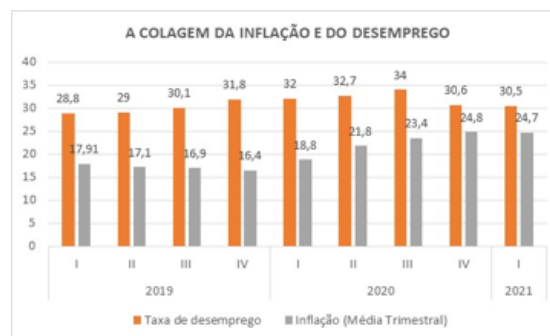
Que país é este em que, sem a ajuda do sector informal (que se pretende a todo o custo liminarmente destruir, sem a construção de alternativas credíveis e sustentáveis), a taxa de desemprego pode rondar 86,5% (e a de emprego 13,5%)? Ainda segundo Precioso Domingos, ocorreu, entre 2018/2019 e I Trimestre de 2021, uma destruição de 400 mil postos de trabalho no sector formal da economia, ocorrendo questionar que país é este, afinal, onde, aparentemente, os programas de incentivo não produzem resultados positivos e se gastam somas impressionantes de dinheiro?

Que país é este que se encontra entre as 10 economias mais miseráveis do mundo, de acordo com o índice de miséria de Arthur Okun? Apreciem-se os resultados mais recentes para o nosso país, calculados usando a metodologia do seu autor:

A tendência é para uma pioria deste índice, entre 2019 e 2020, numa perspectiva trimestral (a Venezuela e o Zimbabwe, com, res-



Fonte: INE inflação, desemprego, contas nacionais e BNA, taxas de juro.



Fonte: INE inflação, desemprego.

pectivamente, 3827,6 e 547, são os piores países do mundo).

Que país é este onde inflação e desemprego não se conseguem descolar, a despeito do programa de ajustamento estrutural e de consolidação orçamental em curso? Taxas de desemprego formal não corrigidas pelo peso e influência do informal de 30% são tremendamente elevadas, não menos o sendo as taxas de inflação de 25% ao ano. Onde e como a população se pode refugiar?

A construção de um verdadeiro Estado Social como uma parte importante de um acordo de regime para se salvarem vidas, dar esperança às que persistirem em lutar e melhorar radicalmente

as condições de vida, não da maioria da população, mas de cada um de nós, de per se, é o grande desafio para o futuro. Um Estado Social é um direito constitucional que nos assiste. É um direito universal em qualquer país, devendo os eleitos para a governação e administração da coisa pública ter apenas este fim em vista, não se esquecendo que ministros, secretários de estado e presidente da república são meros servidores públicos, responsabilizados por manter a coesão nacional, preservar o capital natural e o capital social da nação e garantir as condições de uma reprodução alargada da produção e das forças produtivas. O Estado Social não poderá ser palco de disputas

políticas e eleitorais. Define-se, acerta-se, aplica-se e defende-se, a todo o custo, a sua existência e a introdução de melhorias e refinamentos sempre que tal se mostrar necessário. O Estado Social é o único suporte de uma economia social de mercado que fez dos países nórdicos e de outros autênticas potências sociais mundiais.

A burocracia dificilmente se combaterá com programas (quantos programas tem o país? Surge um problema e a forma de o resolver é através da elaboração de um programa, à custa do qual se cozinham mais uns arranjinhos para escoamento de partes substanciais dos dinheiros públicos). Combater a burocracia começa nas nossas

cabeças, com doses de educação, cidadania e noções elementares de economia do bem comum (aprender com Jean Tirol, Nobel de Economia de 2014, justamente no seu livro intitulado “Economia do Bem Comum”, editado em português, bastando para o encontrar ir à Google). Combater a burocracia passa pela prática de salários compatíveis com competência e necessidades sociais (Marx definia o salário como a quantidade de trabalho socialmente necessário para prover o bem-estar). Quando ministros, secretários de estado e outros membros da nomenclatura governativa passarem a ser eles-próprios a tratar dos seus documentos nas repartições públicas, então compreender-se-á a verdadeira dimensão da burocracia, o seu custo para os utentes e suas incidências sobre a economia, o social e a mente das pessoas. A burocracia não está a diminuir, provavelmente até tem aumentado, a despeito de todos os simples em uso, que acabam mais por ser complexos. Quanto tempo demora a tratar-se de um passaporte, um elemento complementar da identificação dos cidadãos? A entrega dos documentos necessários num qualquer SIAC (tido pelo Governo como a cereja no topo do bolo da facilitação de negócios) demora entre 3 e 4 horas (contabilizadas por mim ontem). A obtenção do documento que me permite viajar pelo mundo vai demorar 90 dias no mínimo. O que afinal se passa?

Bastariam “Construção do Estado Social” e “Erradicação da Burocracia” para se constituir um Pacto de Regime sustentável e credível, com projecção futura sobre a estabilidade política e o bem-estar dos cidadãos. O resto – combate à corrupção, erradicação da pobreza e crescimento económico – aconteceriam na sua sequência.

Que país é este, quase no final do segundo decénio do século XXI, onde muito pouca coisa funciona em benefício de nós-próprios?



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)



Edição 264 Likes 79 Partilhas 32

A última edição do Valor Económico chegou a perto de 200 mil internautas e mais de 25 mil interacções entre emoções, e partilhas sendo dois dos temas mais comentados o relatório que demonstra que o “gado saiu doente na origem e Angola já sabia” e “o dia-a-dia agonizante dos funcionários do Kero”.

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Gralhas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Sebastiao Mbueko Santos

Tinham que entregar nas pessoas que entendem sobre a criação de gado..., Mas como nesse país os políticos querem fazer tudo o resultado é sempre negativo... então o gado lá no país deles não estavam a morrer e como estão a morrer aqui depois de um ano? Algo está mal...



Santos Ngola Muculo

Embandeiraram tanto, como se tivessem feito algo nunca antes visto, para acabar assim?!



Luis Akam Poltersonnik

Pois, como vão saber se quem recebeu também é um debilitado?



Gika Gika

Algum desgraçado recebeu luvas nesse negócio.



Domingos Sorte Gangala

Estão a brincar com o país.



Victória Moreira

Nosso país é uma comédia



Alexandra Simeão

Vergonha, e ninguém é punido???



Mingas Jorge

Mas esses cotas nunca acertam em nada?



José Luís Fernandes

Mais um negócio feito à toa.



Fernando Silva

José Luís Fernandes Exploram um povo que cheio de fome até ossos roem, para outros se encherem e viverem em abundância, também morrem... mas de vergonha.



Filipe Campos A. Oliveira

É evidente o desnorte, má gestão e falta de planeamento que se verifica no Executivo. A minha solidariedade os trabalhadores do Kero.



Divaldo Cruz

Gestão mangolé



Sandra Barroso

Agradeçam ao desGoverno a forma como estão a reaver o dinheiro roubado



Ricardo Lopes

Viva o MPLA. A luta continua... A vitória é só mesmo deles!



Luis Padrão Raposo

Tristeza, tudo o que cai na esfera do estado é para delapidar e destruir, triste sina de um povo fabuloso



Domingos Sorte Gangala

É triste, que má política do governo todo mundo para o desemprego



Africana Clementina

Quem te viu quem te vê, nosso KERO



Diamantino Eduardo

Os Marxistas já não aprendem.

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban: 0051 0000 7172 9933 1512 7

Covid-19

INCUMPRIMENTO DE REGRAS DE DISTÂNCIA



Demite-se ministro da Saúde britânico

O ministro da Saúde do Reino Unido, Matt Hancock, anunciou a sua demissão depois da divulgação na sexta-feira de fotografias que revelaram o seu incumprimento de regras de distância física durante a pandemia.

“Nós, que fizemos as regras, temos que as cumprir e é por isso que tenho que me demitir”, afirmou num vídeo divulgado na rede social Twitter o governante, que tem sido um dos principais responsáveis pela estratégia de combate à pandemia de covid-19.

O tablóide britânico The Sun revelou na sexta-feira uma imagem do ministro abraçando e

beijando uma assistente tirada no dia 06 de Maio, quando o Governo pedia que não se tivesse contacto físico com pessoas fora do agregado familiar e distância superior a um metro entre pessoas em contexto laboral sem máscara.

“A última coisa que quero é que a minha vida privada retire a atenção” dos esforços para acabar com o coronavírus, afirmou Hancock na carta de demissão que dirigiu ao primeiro-ministro, Boris Johnson.

Hancock acrescentou que os governantes têm de ser “honestos com as pessoas que sacrificaram tanto durante esta pandemia”

quando falham, como reconheceu que aconteceu quando infringiu as regras.

No balanço da sua gestão da crise sanitária, Matt Hancock, de 42 anos, admitiu que o Governo “não acertou em todas as decisões”, mas apelou à compreensão dos cidadãos pela “dificuldade de lidar com algo desconhecido”.

Há várias semanas que o responsável pela saúde do Governo britânico estava no centro de uma polémica desencadeada pelo antigo assessor principal do primeiro-ministro, Dominic Cummings, que o acusou de ter mentido em várias ocasiões durante a gestão da pandemia.

ISRAEL

PM apela aos jovens para se vacinarem

O novo primeiro-ministro de Israel, Naftali Bennett, apelou aos jovens do país para se vacinarem, depois de os números de casos de covid-19 terem aumentado nos últimos dias devido a um surto localizado da variante Delta.

“Não queremos impor quaisquer restrições, nem às festas, viagens ou algo do género. Mas especificamente por isto, se não querem restrições, vão vacinar-se. Falem com os vossos pais e vacinem-se”, disse Bennett, que falava numa reunião do Governo

em Jerusalém.

Israel restabeleceu a obrigatoriedade do uso de máscara em recintos fechados devido ao aumento de novos contágios na semana passada.

No sábado, o ministério da Saúde de Israel registou 113 novos casos de covid-19.

O primeiro-ministro disse também que o Governo nomeou o antigo general do Exército Roni Numa para director especial encarregado de gerir os postos fronteiriços do país - com par-

ticular ênfase para o principal aeroporto internacional de Israel - e de prevenir a propagação da covid-19 e de outras doenças.

Bennett disse que a nomeação de Roni Numa visa intensificar os esforços do país “para impedir a entrada deste vírus e variantes e outros vírus futuros de todo o mundo em Israel”.

Muitos dos novos casos comunicados na semana passada foram rastreados a indivíduos que tinham chegado do estrangeiro.



ÁFRICA DO SUL

Variante Delta aumenta contágios

A variante Delta, altamente contagiosa, é responsável pelo aumento acentuado dos contágios por covid-19 na África do Sul, disseram cientistas, enquanto o governo considera a adopção de mais restrições.

País mais afectado do continente, a África do Sul registou 18.762 novos casos, o número mais alto deste ano.

No total, quase 1,9 milhões de pessoas foram infectadas, registando-se 59.621 mortos, para uma população de 58 milhões.

O país está a sofrer o impacto de uma terceira vaga que está a colocar à prova um sistema de saúde frágil.

“Entramos numa fase exponencial da pandemia, com números que estão a aumentar muito, muito rapidamente e que continuarão a aumentar por várias semanas”, alertou Túlio de Oliveira, um dos maiores especialistas em virologia do país.

A variante Delta, detectada pela primeira vez na Índia, “parece estar agora a dominar as infecções na África do Sul”, acrescentou o especialista, em conferência de imprensa.

Para travar a disseminação desta variante, o país vai “tomar medidas restritivas com urgência”, afirmou Koleka Mlisana, responsável de um comité científico que assessora o governo sobre a pandemia.

A África do Sul já havia intensificado em Junho as medidas de combate ao novo coronavírus.

DINAMARCA

Primeiro caso de Delta Plus é proveniente de Portugal

O primeiro caso da variante Delta Plus do vírus da covid-19 detectado na Dinamarca terá sido levado por um passageiro saído de Portugal, de acordo com o instituto dinamarquês de prevenção de doenças contagiosas no seu ‘site’.

Segundo o Statens Serum Institut, o caso foi detectado a 21 de Junho num passageiro de um avião que teve Portugal como origem. Após a realização de um teste PCR e “sequenciamento do genoma completo”, o Delta Plus (mutação detectada no Nepal) foi encontrado a 25 de Junho, lê-se no comunicado do instituto.

Tanto o passageiro infectado como os viajantes do avião estão em isolamento, não se tendo registado ainda mais nenhum caso positivo.

Segundo o Statens Serum Institut, o Delta Plus (Delta-AY.1) está relacionado com o aumento da infecciosidade e diminuição da eficácia dos anticorpos neutralizantes, mas dados preliminares indicam que as vacinas funcionam contra aquela mutação.

Casos de Delta-AY.1 já foram encontrados em todo o mundo em vários países.

“Para já, não há indicação de que o Delta-AY.1 esteja a espalhar-se mais do que a variante Delta sem a mutação K417N”, refere Troels Lillebæk, chefe do departamento do SSI e professor do Departamento de Saúde da Universidade de Copenhaga, no comunicado.

As autoridades de saúde portuguesas estimam que a variante Delta do coronavírus, associada à Índia, seja responsável por mais de 70% dos casos de infecção em Lisboa e Vale do Tejo e que já seja a predominante neste país.

DESDE O INÍCIO da pandemia mais de três mil milhões de doses de vacinas já foram administradas em todo mundo, segundo contagem da Agência France-Presse (AFP).



HOMEM DE 40 ANOS

Estranho caso de infecção por 218 dias sob investigação no Brasil

Um grupo de cientistas brasileiros estuda um caso de infecção pelo novo coronavírus que durou pelo menos 218 dias, período em que o vírus se replicou e até sofreu mutação, anunciaram fontes académicas daquele país.

Trata-se de um homem de 40 anos que, antes de ter covid-19, se havia submetido a um tratamento agressivo contra o cancro, que havia deixado o seu sistema imunitário bastante debilitado, segundo a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

O paciente testou positivo para a doença desde Setembro de 2020 até Abril deste ano.

A investigação, publicada na plataforma MedRxiv e que ainda deve ser revista por outros especialistas, foi conduzida por cientistas da Universidade de São Paulo (USP), que descobriram que o vírus não só estava presente no corpo do paciente, mas também se replicou durante esse tempo.

“Durante todo esse período, existiu risco de transmissão para outras pessoas”, explicou Maria Mendes-Correa, professora da Faculdade de Medicina da USP e primeira autora da investigação.

A situação foi corroborada em

exames ‘in vitro’ a partir de amostras nasofaríngeas e de saliva extraídas semanalmente, nas quais, após algumas horas, era possível constatar um aumento da carga viral.

“Essa capacidade de replicação do vírus foi observada de forma contínua e persistente por um período de 196 dias consecutivos”, do total de 218 dias de infecção, indicou Maria Mendes-Correa.

Entre Janeiro e Abril deste ano, também foram recolhidas amostras de sangue, urina e da região anal, que também indicaram a persistência do SARS-CoV-2 ao longo de grande parte do período de estudo.

Por outro lado, os testes sorológicos revelaram que em nenhum momento o paciente desenvolveu anticorpos.

Além disso, os cientistas também detectaram mutações do agente patogénico ao longo do processo de infecção, a partir do sequenciamento genético de amostras nasofaríngeas recolhidas nos dias 77, 134, 169 e 196 após o início dos primeiros sintomas.

Algumas dessas mutações ocorreram na proteína ‘spike’, da qual o vírus se vale para penetrar nas células humanas.

PARA SEGUNDA DOSE

MinSa garante haver vacinas suficientes

O Ministério da Saúde de Angola garantiu que não há falta de vacinas para a administração da segunda dose a nível do país, que até à data já vacinou 1.492.548 pessoas.

Numa declaração à imprensa, o secretário de Estado para a Área Hospitalar, Leonardo Inocêncio, relembrou que o plano de vacinação teve início no dia 02 de Março deste ano, tendo duas etapas, a primeira com o objectivo de vacinar 20% da população, nomeadamente pessoal ligado à saúde, ensino, idosos acima de 65 anos com comorbidades, forças de defesa e segurança e autoridades em função executiva.

Na segunda etapa, prevê-se vacinar a população dos 18 aos 39 anos, vendedores de mercados populares, motoristas de viaturas de serviços públicos, moto-taxistas e todos que vão totalizar 29% da população.

Leonardo Inocêncio frisou que foram chamadas as pessoas que fizeram a primeira dose para tomarem a segunda dose da vacina, processo que termina este sábado.

“Informamos que estamos a fazer tudo para garantir a segunda dose a todas as pessoas e reiteramos que o plano nacional de vacinação tem quatro vacinas fundamentais a AstraZenca, Sinopharm, Sputnik e Pfizer”, referiu o governante angolano, salientando que as mesmas têm sido adquiridas através da iniciativa Covax, de acordos bilaterais e de doações.

Leonardo Inocêncio disse que estão em curso outras iniciativas, que mais adiante vão informar atempadamente.

“Chamar atenção às pessoas vacinadas com a vacina da AstraZeneca, Sinopharm, Pfizer, que a segunda dose está garantida e vão apanhar no prazo estabelecido. Quanto à Sputnik, há um ligeiro atraso, mas a mesma far-se-á em tempo adequado, para antes de 90 dias termos a segunda dose para todos que já fizeram a sua primeira dose”, acalmou.



LUANDA

Governo preocupado com enchentes nos funerais

O Governo de Luanda manifestou-se preocupado com as enchentes que se verificam nos funerais, em desrespeito das medidas de segurança determinadas pelas autoridades na luta contra a covid-19.

Num comunicado de imprensa, o Governo de Luanda referiu que se tem assistido, nos últimos tempos, na capital, ainda sob cerca sanitária, “comportamentos condenáveis na via pública, principalmente durante a realização de funerais nos cemitérios da capital”.

A nota realça que o Decreto Presidencial sobre a Situação de Calamidade Pública estabelece que, nos funerais de pessoas que tenham como causa de morte a covid-19, são permitidos até cinco participantes, sem prejuízo de outras regras definidas pelas autoridades sanitárias, devendo realizar-se apenas no período da tarde, no caso concreto no Cemitério de Benfica.

“Estas normas legais têm sido visivelmente violadas, agravada com a prática do comércio de bebidas alcoólicas e outros produtos, nas pedonais, nas bermas das estradas, ruas e ruelas, bem como no exterior dos cemitérios, provocando aglomerados que denunciam um comportamento negligente dos municípios, face ao aumento de casos positivos que atingem cifras preocupantes”, refere o comunicado.

Marcas & Estilos



Tesouros domésticos

A escudela Cascita Gemstone foi projectada para guardar os tesouros pessoais – como talismãs ou anéis – antes de ir dormir. As peças são esculpidas de forma singular em gemas semipreciosas de ágata e cristal Premium, pensadas para trazer tranquilidade para a sua casa. São revestidas com ouro de 24 quilates e prata pura.

Um acessório perfeito

Delicado, mas ousado, o colar World Globe apresenta um design intrincado que ilustra todos os países do mundo. Este colar é um lembrete constante para sempre continuar a explorar. A peça está pendurada numa fina corrente de 50 cm, tornando-a o acessório perfeito para qualquer roupa.



AERONAVES Sonhe alto

Não faltam empresas do sector de aviação privada que afirmam ser o Uber dos jactos particulares. Uma das últimas fronteiras da chamada 'economia compartilhada', o aluguer de jactos particulares tem-se desenvolvido relativamente devagar por uma série de razões. Regulamentações rígidas e leis internacionais de cabotagem tornam a acessibilidade de jactos particulares uma consideração séria.

Existem mais de 39.000 aeronaves privadas em todo o mundo, o que significa que as frotas de companhias aéreas de renome mundial como a Delta (1.273), a United (1.242) e a American (869) Airlines são insignificantes. Em termos de frota, portanto, há flexibilidade e escolha incomparáveis. Quer se trate de um jacto de longa distância de topo de gama, como o Gulfstream G650 (com preços fantásticos de USD 65 milhões) quer um jacto de curta distância como o Citation Mustang. A viagem e o orçamento determinam o seu voo.

AGENDA

LUANDA

3 DE JULHO

Exibição teatral da peça 'Filhas da Esperança', na casa das artes em Talatona, às 15h00. Bilhetes a 5000 kwanzas. Reservas n.º 922 241 760 ou para o 996 660 065.

Lançamento do livro "Karingana! 2 Povos, 2 Contos", de Lucas Cassule e Leya Langa, na Mediateca de Luanda, às 14h00. Apresentação de José Luís Mendonça.

8 DE JULHO

Webinar sobre os desafios na implementação do IVA em Angola e sobre as oportunidades que este novo imposto trouxe ao tecido empresarial. Às 09h00. Acesso gratuito.

26 A 30 DE JULHO

Segunda edição do Angola Innovation Summit, sob o lema 'Pensar Hoje o Futuro', no Conferência, Bootcamp de Certificação Internacional em Future Foresight, Masterclass e Rampa de Produtos.

LIVROS



A TRAJETÓRIA DO AUTOR é um exemplo de que ousadia e experimentação são atitudes positivas não só para os funcionários ou clientes, mas para a sociedade em geral. A repercussão desta obra, publicada até na China, fez de Semler um dos mais respeitados empresários da América Latina.



CADA UMA DESSAS 22 mil respirações é uma oportunidade de dissolver o stress, a infelicidade e a ansiedade. A arte de respirar traz exercícios simples e práticos para incluir a atenção plena na sua vida.



TURISMO Muito além do bem-estar

A vasta oferta de spa e bem-estar do Mandarin Oriental, em Londres, é considerada uma das melhores, tanto em tamanho quanto em qualidade. Com 14 salas de tratamento massivas, incluindo a Suíte Oriental do casal, há também uma academia de alta tecnologia, piscina de vitalidade, sauna a vapor, sanário, área de relaxamento de cromoterapia e piscina de 17 metros com duas pistas.

E, embora a decoração do spa possa inspirar-se nas raízes orientais do hotel, o menu de tratamentos percorre o mundo, reunindo terapias holísticas e práticas de uma ampla variedade de tradições de bem-estar. Quem quer aproveitar o dia deve reservar o pacote Indulgent Escape, que utiliza produtos naturais da marca britânica de cuidados com a pele Oskia para oferecer um programa de rejuvenescimento da cabeça aos pés. Os tratamentos incluem um ritual de boas-vindas aos pés, massagem com óleo quente, esfoliação e máscara facial revitalizante e Body Glow, seguido de almoço no restaurante Rosebery do hotel.

POPULAÇÃO DE MADAGÁSCAR OBRIGADA A COMER GAFANHOTOS

Primeiro país com fome devido às alterações climáticas

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS. Fome em Madagáscar é particularmente mais forte no Sul do país. Há mais de um mês, ONU avisava que a fome crescente colocava em risco mais de um milhão de pessoas. Acesso à ilha é difícil devido à pandemia e às restrições.

Por Redacção

Ma d a g á s - car é o primeiro país do mundo a passar fome devido às alterações climáticas, sendo a população obrigada a comer gafanhotos, folhas de cato e até lama, disse recentemente uma responsável das Nações Unidas.

A actual situação, resultante de vários anos de seca, levou o

chefe do Programa Alimentar Mundial (PAM), David Beasley, a dizer que se “parece algo que se vê num filme de terror”.

A directora regional do PAM para a África Austral, Lola Castro, falou de uma situação “muito dramática” numa entrevista em vídeo com vários órgãos de comunicação social. “O pior ainda está para vir”, disse, citada pela agência France-Press (AFP).

“Temos pessoas à beira da fome e não há conflito. Há apenas as alterações climáticas, com os seus piores efeitos que as estão a afectar gravemente”,

apontou, considerando que é necessária uma acção rápida da comunidade internacional. “Estas pessoas não contribuíram em nada para as alterações climáticas e estão agora a assumir todo o fardo” referiu Castro, citando Beasley.

A fome em Madagáscar é particularmente mais forte no Sul do país. Há mais de um mês, a ONU tinha já avisado que a fome crescente colocava em risco mais de um milhão de pessoas. Uma ilha no oceano Índico, Madagáscar continua a ser de difícil acesso, tanto para a ajuda humanitária, como para os órgãos de

1,14

Milhões de pessoas sofrem de insegurança alimentar em Madagáscar, denuncia a ONU.

comunicação social, devido à pandemia da covid-19 e às restrições a esta associadas.

As agências de ajuda humanitária estão a tentar consciencializar para a tragédia, mas apelam para a atribuição de fundos, dizendo que os actuais são insuficientes.

O Sul de Madagáscar vive a pior seca dos últimos 40 anos e levou 1,14 milhões de pessoas a sofrerem de insegurança alimentar, numa crise “invisível” para o mundo, como denunciou a ONU.

Milhares de pessoas foram deslocadas à força pela crise e as que ficaram em casa foram forçadas, por exemplo, a alimentar-se do que encontram nas florestas. Além disso, a desnutrição aguda global moderada ou grave, entre as crianças mal-gaxes com menos de cinco anos, duplicou nos últimos quatro meses, atingindo 16,5% do total.

MEMORIZE

- A precipitação tem vindo a diminuir ao longo do último século, enquanto as temperaturas médias têm aumentado nos últimos 15 anos. A crise actual tornou-se crítica em Setembro de 2020, no início da época de escassez agrícola, no meio da pior seca que a ilha sofreu em décadas.



A fome em Madagáscar é particularmente mais forte no Sul do país.

Educação & Tecnologia



Huawei: paciente advocacia para uma Angola digital

PUBLICIDADE. Quando, em meados deste mês, vi o presidente da HUAWEI para a África Subariana, Chen Lei, e o CEO da Huawei Angola, Chu Xiaoxin, a serem recebidos pelo Presidente da República, não pude deixar de admirar a persistência que a gigante internacional de alta tecnologia de informação e comunicação tem tido para criar uma opinião institucional favorável a algo que é caro não só a essa empresa, mas também ao nosso país: a digitalização da sociedade e da economia.



Celso Malavneke,
docente
e jornalista

Tomei contacto com a Huawei tão logo assumi o cargo de Secretário de Estado da Comunicação Social. Sabia então muito pouco sobre ela, a não ser que fabricava bons telefones celulares que causavam ciúmes aos rivais ocidentais. Nas conversas que fomos tendo no quadro da cooperação que tinha com o nosso ministério, con-

versa fluída porque comunicávamos em inglês, comecei a ver a dimensão da empresa. Mas, mais importante, comecei a entender que os seus objectivos comerciais encaixavam-se perfeitamente nos nossos objectivos estratégicos de caminhar o mais rápido possível para a digitalização do nosso país, promovendo o acesso universal e barato à internet, tornando-nos parte da “aldeia global” em que todos vivem à distância de um clique (conforme profecia de Marshall McLuhan) e dando o salto em direcção à qualidade dos processos de produção por via das tecnologias 3G, 4G e 5G. Na parceria com a Huawei, que se mostrava disposta a investir não só em infra-estruturas, mas também na formação de angolanos, vislumbrei os contornos de um acordo estratégico em que todos saem a ganhar. Eu mesmo tornei-me um advogado dessa caminhada

rumo à digitalização do nosso país. E fiquei realmente impressionado com a determinação dos executivos da Huawei em percorrer um longo caminho para levar essa mensagem de vantagens mútuas até ao Presidente da República.

Depois do término de funções, acompanhei com interesse o processo de advocacia que encetaram nessa direcção. Encontraram-se com o novo ministro do MINT-TICS, ao qual mostraram a impressionante sede que estão a construir em Luanda; depois, com o Vice-Presidente, com a Primeira-Dama e finalmente com o próprio Presidente da República. A razão do êxito desta caminhada, que culminou no gabinete do Titular do Poder Executivo, foi essa impressão que também me tinham causado com a proposta de uma economia digital assente no desenvolvimento de infra-estruturas de telecomuni-

cações e na formação de talentos angolanos. Isto soa como música aos ouvidos dos governantes, principalmente quando a empresa apresenta condições para, a partir do próximo ano, capacitar dois mil angolanos anualmente num gigantesco centro de formação orçado em cerca de 60 milhões de dólares. Quando a isso se alia a inquestionável experiência da Huawei no sector, temos então a cereja em cima do bolo.

É que a Huawei já montou aeroportos totalmente automatizados onde tudo é feito por máquinas: check-in, transporte de passageiros na placa, e isto sem qualquer intervenção humana. Já tem fazendas onde tudo é operado pelas máquinas agrícolas controladas por pessoas sentadas em gabinetes a quilómetros de distância. Criou tecnologia, tudo isso em 5G, que detecta quem abate árvores nas florestas sem autorização

ou quem caça animais em parques proibidos. Tecnologia esta que permite também a drones telecomandados verificar avarias em cabos de alta tensão ou condutas de água no meio do mato. Enfim, com um parceiro deste calibre torna-se possível sonhar com um país moderno, uma Angola digital.

A Huawei disse ao Presidente que quer contribuir para a transformação digital de Angola. É verdade que é o seu objectivo comercial. Mas também é um dos objectivos estratégicos do nosso país. Há aqui condições para um processo “win-win”, ou seja, onde todos ganham. Mais ainda para nós angolanos que, em termos numéricos, somos poucos para ocupar efectivamente todo o nosso país, e necessitamos urgentemente de produzir o que precisamos para comer, de abastecer as indústrias e começar a fazer de Angola um país bom para se viver.

“África tem uma grande oportunidade de aproveitar totalmente o potencial das novas tecnologias.”

Intensificação da **Transformação Digital em África com o acordo firmado entre a Huawei e a União Africana** de Telecomunicações

PUBLICIDADE. Luanda 28 de Junho de 2021, (Nairobi-Quênia): A União Africana de Telecomunicações (ATU) assinou recentemente, na capital do Quênia, Nairobi, um Memorando de Entendimento (MoU) com a gigante da tecnologia Huawei, que fará com que países e organizações africanas desenvolvam capacidades para a transformação das TIC.

Mediante o acordo, a Huawei fornecerá treinamento em desenvolvimento de habilidades, incluindo requalificação para os membros da ATU. O MoU também verá as duas organizações colaborarem para apoiar a inovação local, compartilhar informações referentes às últimas tendências, desafios, soluções em África e globalmente, expandir a economia digital, assim como a conectividade rural, no continente, por meio de pesquisas futuras.

Um relatório de 2019 da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) acerca das economias digitais, estabeleceu que África e a América

Latina juntos representam menos de 5 por cento dos data centers mundiais. Se tal não for tratado, concluiu o relatório, as divisões agravarão as desigualdades de renda existentes. Isso associado ao facto de que, nos países menos desenvolvidos (LDCs), apenas uma em cada cinco pessoas usa a Internet, em comparação com quatro em cada cinco nos países desenvolvidos, esta é parte da motivação para a parceria Huawei-ATU.

Falando durante a cerimónia de assinatura realizada hoje em Nairóbi, Quênia, na sede da ATU, o Sr. John OMO, Secretário-Geral da ATU, elogiou a Huawei pela sua contribuição para África: “A Huawei transformou a conectividade e deu um grande contributo ao continente por meio dos seus investimentos em infraestrutura digital, habilidades em TIC, soluções de conectividade

ecologicamente corretas e tecnologias de ponta para as áreas rurais. A organização é um parceiro de desenvolvimento confiável de África. O documento que hoje assinamos visa fortalecer esta parceria.” Acrescentou: “África tem uma grande oportunidade de aproveitar totalmente o potencial das novas tecnologias”.

As duas organizações têm uma longa história de trabalho conjunto e este novo acordo ajudará os países africanos, reguladores e cidadãos, a beneficiarem da transição para uma economia digital, adotar novas tecnologias, promover redes seguras e resilientes e adquirir as habilidades digitais necessárias para alavancar as suas economias.

Samuel Chen, Vice-Presidente da Huawei para a região da África Austral, agradeceu à ATU pela liderança e promoção das TICs em África: “A

ATU está a desempenhar um papel crucial na região, apoiando os países membros com suas políticas e estratégias, compartilhando as melhores práticas, construindo capacidades e impulsionando a inovação e nós estamos muito satisfeitos por poder apoiá-los”. Afirmou: “Nós conectamos centenas de milhões de africanos a soluções seguras de banda larga de alta velocidade e nuvem nas últimas duas décadas e conquistamos a confiança e o apoio dos nossos clientes e reguladores; ansiamos por fazer mais”.

De acordo com o MoU, os parceiros também começarão a oferecer treinamentos de ponta aos membros da ATU, acesso a especialistas globais para discutir as últimas tecnologias e tendências e colaboração em pesquisas para ajudar no progresso da digitalização do continente.



NÚMEROS DA SEMANA

7%

Taxa do IVA que a Associação de Empreendedores de Angola sugere à AGT contra os 14% actuais, por causa da crise económica.

5

Postos aduaneiros que serão criados pela AGT, este ano, na sétima região tributária com o objectivo de aumentar a colheita de receitas.

1,8

Milhões, toneladas de mandioca que foram produzidas em Malanje no ano passado, através de cooperativas, lavras familiares e fazendas.

56,6

Milhões USD, receitas arrecadadas pela Sodiam, empresa responsável pela comercialização de diamantes, com a licitação de pedras especiais de quatro minas.



MCA RECEBEU OBRAS SEM CONCURSO

Grupo suspeito de corrupção reabilita estrada Camama-Viana

A conclusão da estrada que liga o Camama a Viana, aprovada em despacho presidencial de 11 de Junho e orçada em 54,8 milhões de dólares, foi entregue ao grupo empresarial português MCA, avançou ao VALOR o Instituto Nacional de Estradas (Inea).

O grupo MCA é, entretanto, um dos visados numa investigação aberta pela justiça portuguesa no princípio deste ano, por suspeitas de envolvimento em práticas de corrupção com governantes angolanos. Segundo a imprensa portuguesa, a empresa terá oferecido a actuais governantes

bens de luxo em troca de contratos e viabilização de negócios. É citada, por exemplo, pela TVI, por ter alegadamente realizado favores ao ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, em troca de contratos para instalação de painéis solares em sete localidades do país no valor de 539,717 milhões de euros, aprovados em despacho presidencial 19/20. Recentemente, foi entregue mais um contrato para a electrificação de 61 comunas com sistemas fotovoltaicos, aprovado também por João Lourenço no despacho 83/21. Curiosamente

os dois contratos foram ganhos sem qualquer concurso público. Agora, com a empreitada cujo valor gerou polémica, o referido grupo começa em Julho a executar a conclusão da estrada de 6,8 quilómetros através das suas sucursais M. Couto Alves Vias, SA e M. Couto Alves Vias Construção, SA. Foi a responsável pela execução da primeira fase de reabilitação da via, isso em 2020, e recebeu mais de 1,2 mil milhões de kwanzas.

Por: *Guilherme Francisco*

IMPORTAÇÃO DE COMBUSTÍVEL

Trafigura sai do negócio pela segunda vez

A Sonangol anunciou, na semana passada, os vencedores do concurso público para o fornecimento de combustível nos próximos 12 meses e a Trafigura, que até então era responsável pela importação do gasóleo e do gasóleo marinho, não está entre as vencedoras.

É a segunda vez que a Trafigura, que durante anos deteve o monopólio do negócio, fica de fora desde a implementação do modelo de concurso público para contratos anuais. Os vencedores foram a Totsa, para o abastecimento de gasóleo, enquanto a Vitol foi a eleita para o fornecimento de gasóleo.

Além dos vencedores, a Sonangol recebeu ainda as propostas da

BP, Gunvor, Idemitsu, Mercuria, Galp e Gemcorp.

Durante anos, a Trafigura, empresa ligada a Leopoldino do Nascimento, deteve o monopólio do negócio, mas em 2015 a companhia da britânica Vitol passou a ser a responsável pela importação da gasolina. Em 2018, entretanto, as duas companhias perderam o negócio na sequência do concurso público realizado pelo Governo, naquela que foi uma das principais bandeiras hasteadas para demonstrar a intenção do Governo em combater os monopólios. Foram contratadas, por um ano, a Glencore Energy UK, para fornecimento

de gasóleo e de gasóleo de marinha, e a Totsa Total Oil Trading, para fornecer gasolina.

A Trafigura voltaria, entretanto, em Maio de 2019 como vencedora para a importação do gasóleo e gasóleo marinho, substituindo a Glencore Energy UK, enquanto a Totsa- Total Oil Trading se mantém como a eleita para a importação da gasolina. Em 2020 a Sonangol não realizou o concurso, justificando a situação com a falta de “perspectiva de disponibilidade de linhas de crédito na magnitude as importações requerem” devido a pandemia da Covid-19.

CONTAS DO BNA

Banca regista lucro negativo de 500 mil milhões Kz

sector bancário angolano registou um resultado líquido negativo de 498,02 mil milhões de kwanzas, uma variação de cerca de 148,39% em 2020 face a 2019, de acordo com o relatório e contas do Banco Nacional de Angola.

O Banco Central justifica a queda com o “aumento de perdas com negociações de crédito, observado principalmente em dois bancos sistémicos bem como pela diminuição dos resultados cambiais que originaram uma redução acentuada do produto bancário em 69,27%”.

Em relação aos principais indicadores da actividade bancária, o relatório dá conta que o período “foi marcado pela tendência decrescente do crédito malparado, todavia o volume de crédito inadimplente permanece em níveis elevados”.

Em termos reais, o “crédito vencido malparado registou um montante de 847,13 mil milhões de kwanzas contra 1,60 mil milhões de kwanzas comparativamente ao período homólogo, ou seja, uma diminuição de 749,35 mil milhões de kwanzas (46,94%)”.

“Consequentemente, o apetite ao risco de crédito permaneceu limitado traduzindo-se num rácio de transformação baixo e com tendência decrescente, tendo diminuído em 9,16 pp, situando-se em 32,72% no final de 2020.”

Como efeito, acrescenta o BNA, “a Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE), como a Rendibilidade dos Activos (ROA), foram negativas, com uma significativa diminuição de 19,16 pp e 1,49 pp para -29,79% e -2,91%, respectivamente”.

Para o rácio de solvabilidade, no entanto, “observou-se um crescimento ligeiro de 0,44 pp, motivado sobretudo ao reforço do capital social realizado pelos bancos no âmbito das recomendações do exercício da Avaliação da Qualidade dos Activos de 2019 (AQA)”.

“Neste sentido, o rácio de solvabilidade regulamentar situou-se em 22,77%, espelhando que o sector bancário se manteve sólido e resiliente com níveis de adequação de capital muito acima do limite mínimo regulamentar que é de 10%”, lê-se no documento.